



Universidade de Brasília – UnB
Departamento de Sociologia – SOL

Matheus Almeida Pereira Ribeiro

**Reconstruindo o “Acampamento 10 de Junho”: A dinâmica da luta pela terra no
DF a partir de trajetórias de militantes**

Brasília
Dezembro, 2015

Matheus Almeida Pereira Ribeiro

Reconstruindo o “Acampamento 10 de Junho”: A dinâmica da luta pela terra no DF a partir de trajetórias de militantes

Trabalho de Monografia apresentado ao Departamento de Sociologia da Universidade de Brasília para a obtenção do título de Bacharel em Sociologia.

Orientador: Prof. Dr. Marcelo Carvalho Rosa

Brasília Dezembro de 2015

Matheus Almeida Pereira Ribeiro

Reconstruindo o “Acampamento 10 de Junho”: A dinâmica da luta pela terra no DF a partir de trajetórias de militantes

Trabalho de Monografia apresentado ao Departamento de Sociologia da Universidade de Brasília para a obtenção do título de Bacharel em Sociologia.

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Marcelo Carvalho Rosa (orientador) Universidade de Brasília

Prof.^a Dr. Camila Penna de Castro (avaliadora) Universidade de Brasília

Agradecimentos

À minha irmã Rebeca e meus pais Edvan e Margareth pelas suas biografias de luta. Vocês subsidiaram desde a minha mais tenra infância todas as condições para que eu ingressasse na Universidade de Brasília. A batalha que enfrentam todos os dias é o que me permitiu sonhar alto e trilhar os primeiros passos para a carreira acadêmica. Agradeço principalmente meu pai por ter me ouvido cotidianamente por horas e horas, acompanhando e contribuindo para o desenvolvimento das minhas ideias e sonhos.

Aos companheiros do grupo de pesquisa “Sociologia Não-Exemplar” que tanto contribuíram para a minha formação com os debates que me apresentaram nos nossos encontros, me proporcionando uma visão crítica e madura da sociologia. Agradeço imensamente à Natália Adriele, Camila Penna, Rogerio Giugliano, Natalia Cabanillas, Joaquim Pinheiro, Mallu Muniz, Eryka Galindo e principalmente a Jean Michel que além auxiliar na revisão de todo o material tem sido um grande companheiro intelectual, demonstrando-se interessado e atento a tudo que venho produzindo.

A todos os meus amigos que infelizmente não posso listar os nomes, mas que com sua alegria e carinho me proporcionaram um cotidiano mais confortável para a realização desse trabalho.

Ao professor Eurico Cursino, que foi fundamental para a minha formação desde o primeiro semestre. Agradeço por me tornar confiante do meu potencial e por sempre me dizer que sou capaz de realizar meus sonhos e chegar aos meus objetivos.

Aos militantes Ângela, Geomacy, Miranda e José Mário que me deram um pouco de seu tempo e paciência e me fizeram aprender muito com suas histórias.

Agradeço imensamente ao professor Marcelo Rosa, aquele que tem me ensinado, desde o segundo semestre de graduação, os mais importantes ensinamentos sobre o que é ser um pesquisador de verdade. Aprendi muito contigo, lhe agradeço mais uma vez por todas as

oportunidades que tem me dado e por nunca me deixar fazer o mínimo, mas sim esperar o meu melhor.

E por fim agradeço àquela que esteve comigo durante cada um dos momentos que compõem a produção desta monografia. Adália, você foi fundamental para isto em todos os sentidos. Essa representa apenas uma das primeiras de nossas conquistas. Muito obrigado.

"Se vi mais longe foi por estar de pé sobre ombros de gigantes." Isacc Newton

Resumo

Esta monografia, relata a história do acampamento 10 de junho – situado no Recanto das Emas, Distrito Federal -, a partir do prisma de 4 militantes e dos processos pelos quais o acampamento passou institucionalmente por meio do Conselho de Política de Assentamentos do DF (CPA). Visando tal finalidade, foram feitas 4 entrevistas semiestruturadas, análise documental de 14 atas de reunião do CPA e uma recuperação da legislação que regulamenta o tema de reforma agrária no DF. Este resgate possibilitou tomar conhecimento de como a história do acampamento opera fora do Estado, expressa nas trajetórias e articulações não “institucionalizadas” dos militantes, e dentro dele, através dos encaminhamentos internos ao CPA. A partir disso foi possível compreender os impasses, sonhos e desafios encontrados pelos militantes no decorrer de suas lutas pela terra.

Palavras-Chave: Luta por Terra, Sem-Terra, Brasília, Reforma Agrária, PRAT, CPA.

Sumário

Introdução – 9

Capítulo 1 – História da luta pela terra no Brasil – 12

Capítulo 2 – A reforma agrária no Distrito Federal - 21

2.1 - O desenvolvimento da luta pela terra no Distrito Federal – 21

2.2 - O desenvolvimento da legislação de Reforma Agrária no Distrito Federal - 26

Capítulo 3 – A dinâmica de construção do Acampamento 10 de Junho – 30

3.1 - Antecedentes dos Militantes à construção do acampamento - 30

3.2 - A construção do “Acampamento 10 de Junho” – 38

3.3 - As ações de José Mario no Conselho de Políticas de Assentamentos – 49

Conclusão – 53

Bibliografia – 56

Introdução:

O Distrito Federal, passou a presenciar, no final dos anos 80 e meados dos 90, a formação dos primeiros agrupamentos interessados na luta pela reforma agrária local. Durante este período, fortaleceram-se na região grupos que agiam intermediados por membros da igreja católica, movimento sindical e movimentos sem-terra, os quais participaram da formação dos primeiros acampamentos no DF e Entorno. Neste quadro, Oliveira (2006) assinala que diversos movimentos sociais, com destaque ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST), realizaram campanhas nas cidades satélites interessados em mobilizar pessoas na formação de acampamentos. Porém, tais mobilizações políticas não se deram no vazio, mas num intercâmbio crescente com o espaço governamental.

Ao se tomar de observar a história da luta pela terra no DF, percebe-se um processo contínuo de gestos do Estado do Distrito Federal em resposta às demandas dos agrupamentos citados e dos que se organizaram a posteriori. Isso se exprime, por exemplo, a partir da criação de instituições específicas e programas de governo voltados à construção de assentamentos. A fundação no INCRA da Superintendência Regional do Distrito Federal e Entorno - SR (28), no ano de 1997, é apontada como uma das primeiras respostas no âmbito do Distrito Federal aos interesses desses movimentos, articulando a criação dos primeiros assentamentos do DF. Segundo dados do INCRA, foram criados, desde o final da década de 90, 204 assentamentos na região do Distrito Federal e Entorno, 72 nos últimos 10 anos, em um processo que contara com 13.023 famílias beneficiadas e totalizou numa área total de 528.990,28 hectares entregues.

O objeto dessa monografia compreende a história de indivíduos situados em um cenário mais recente e que se encontram em um diálogo fundamental com as novas estruturas governamentais que surgiram no DF com fins de reforma agrária. Na continuidade deste desencadeamento de ações do Estado, em 2012, outras instituições surgem acompanhando a emergência de programas de governo específicos que passam a definir a situação e agenda atual da discussão institucional com os movimentos. São eles a criação do Programa de Assentamentos de Trabalhadores Rurais (PRAT), Fórum Distrital de Políticas de Reforma Agrária e a formação do Conselho de Política de Assentamento Rural (CPA) no âmbito do (PRAT).

Neste novo e atual cenário, o CPA se define como o espaço central de discussão e deliberação sobre as políticas de formação de assentamentos no DF. Em tal conselho tem-se debatido e deliberado sobre as áreas a serem encaminhadas ao PRAT, que trata apenas de terras da Terracap, além de se discutir a natureza e conteúdo das normas para seleção das/dos trabalhadoras/trabalhadores beneficiadas/beneficiados pelo programa, seu cronograma de implantação, e acompanhar sua execução.

É neste quadro, em que se percebe as tentativas do Estado no Distrito Federal de acompanhar as demandas dos movimentos sociais na criação de espaços institucionais de discussão e deliberação sobre a criação de assentamentos, que se insere esta monografia.

Realizou-se uma recuperação histórica do acampamento 10 de Junho, localizado no Recanto das Emas - DF, interessada na microanálise social da trajetória de militantes, seus discursos, relações sociais que permeiam a história do acampamento. Além disso, e visando complementar tal análise, fora feito um estudo de documentos, como as leis e decretos que estruturaram no passar do tempo a legislação que regulamenta a reforma agrária no DF, e 14 atas de Reunião do Conselho de Política de Reforma agrária (CPA). Essa metodologia fora empregada visando responder as seguintes perguntas: Como funciona a dinâmica de luta pela terra no Distrito Federal? Como esta operou, mais especificamente, no caso do Acampamento 10 de Junho? De que forma os indivíduos que o construíram se interconectaram em suas trajetórias?

Nesse processo coletaram-se dados sobre a trajetória dos militantes que fundaram o acampamento, buscando compreender: os meios que os trouxeram até aquele espaço, interesses para a construção do acampamento, e os cenários que passaram até escolher o espaço que vieram a acampar. As atas serviram de subsídio para compreender como o acampamento aparecia nas reuniões do CPA, e quais resoluções governamentais foram tomadas no âmbito deste até a regulamentação do espaço enquanto assentamento.

Destarte, foi percebido como a trajetória dos/as militantes sem-terra, neste caso coordenadores do Acampamento 10 de Junho, associam-se à história da construção do mesmo, e ambos com as estruturas pertencentes ao Estado, expressas prioritariamente pelo Conselho de

Política de Reforma Agrária (CPA). Também foram apreendidos cenários mais amplos, quanto à estrutura de organização do acampamento, o sentido da luta para os militantes, formas de representação do grupo no CPA e a importância que falas dos líderes possuíram nas reuniões acelerando o processo de regularização do espaço. Na investida por meio das atas fora possível tomar conhecimento dos processos burocráticos pelos quais o acampamento necessitou passar no âmbito do Estado, como sua remoção de áreas de proteção ambiental, organização das visitas da TERRACAP e cadastramento das famílias.

No capítulo 1, “História da Luta pela Terra no Brasil”, faz-se uma breve recuperação histórica dos movimentos de luta pela terra no território nacional, ressaltando-se a importância de se tratar a luta pela terra e a luta pela reforma agrária enquanto temas distintos, por mais que se mantenham completamente imbricados em cenários históricos determinados. Já no Capítulo 2, “A reforma agrária no Distrito Federal”, apresenta-se o modo como se desenvolveu a questão da terra no Distrito Federal e os estados com os quais manteve-se conectado na formação dos primeiros engajamentos de luta pela terra, findando-o com uma apresentação do desenvolvimento da legislação focada na reforma agrária no Distrito Federal que emergiu em finais dos anos 90. O capítulo 3, “A dinâmica de construção do Acampamento 10 de Junho”, trabalha desde os antecedentes dos militantes que coordenaram o acampamento do período de 2012 até 2014, até os processos que passaram para concretizar o mesmo, impasses vividos e suas ações internas ao Estado visando viabilizar a transformação do acampamento em assentamento.

Capítulo 1 – História da Luta pela terra no Brasil

Para a compreensão da reforma agrária no DF é importante situá-la enquanto continuidade de um desenrolar histórico de lutas dos trabalhadores rurais no Brasil e das relações destas com o tema da reforma agrária. Este quadro de embates políticos cotidianamente se materializa nas bandeiras de camponeses em detrimento dos interesses de latifundiários, grileiros, grandes empresas agrícolas e até mesmo o próprio Estado. Porém, por mais que a reforma agrária comumente esteja associada aos grupos que lutam por terra é necessário perceber a heterogeneidade dos enfrentamentos rurais no Brasil e conseqüentemente a natureza dos movimentos que os compõem e compuseram historicamente.

Assim como apresentado em Gzybowski (1987), “a diversidade de movimentos sociais no campo é determinada pela diversidade de contradições existentes e modos de viver e enfrentá-las” (Gzybowski, 1987, p.17), ou seja, para que se compreenda a natureza destes enfrentamentos por terra, deve se partir do princípio de que os agentes sociais que compõem os espaços de luta, se inserem em situações historicamente determinadas e, neste sentido, possuem motivações específicas em circunstâncias sociais particulares na oposição a grupos determinados. Tal esforço analítico revelará então que por mais que o tema da reforma agrária seja historicamente caro a vários movimentos de trabalhadores rurais brasileiros, a história dos enfrentamentos pela terra no país nunca se deteve exclusivamente na luta pela reforma agrária.

Os povos Indígenas, como diz Oliveira (2001), são os primeiros a sofrer com a expropriação de seus espaços na história dos conflitos por terra brasileiros. Ao passo que foram incorporados em sistemas de exploração do trabalho como escravidão e servidão, muitos povos originários foram dizimados em um etno/genocídio histórico e tiveram suas terras apropriadas pelos colonos para fins de produção ao mercado internacional. Em oposição aos grupos coloniais, estes povos defenderam suas terras, resistindo à força do sistema de exploração. Essas ações de resistência prosseguem até hoje na luta constante para assegurar seus direitos pela terra constantemente desrespeitados. O autor também aponta os quilombolas como outro grupo que nasce no embate colonial brasileiro. Na oposição entre escravos fugidos e

fazendeiros rentistas, aqueles lutaram historicamente contra exploração escravista do trabalho e expropriação das suas terras. Estes prosseguem na busca pelo reconhecimento dos seus direitos às terras de quilombos.

Além destes dois grupos que não possuem a reforma agrária como a bandeira fundamental na luta pela terra, podemos enxergar os movimentos messiânicos de Canudos (Bahia 1896 - 1897), Contestado (fronteira dos Estados de Santa Catarina e Paraná 1912 - 1916), a Revolta de Porecatu (Paraná 1950 - 1951), e as lutas em Trompas e Formoso (Goiás 1948 - 1964), como precursores dos enfrentamentos agrários no território brasileiro. Segundo Martins (1995), estes movimentos de posseiros se apresentam como resultado do embate causado pelas expropriações de terra agenciadas por coronéis, latifundiários especuladores, grileiros e empresas agrícolas, que tem como pano de fundo a expansão do sistema capitalista no território brasileiro.

O caso do Contestado, materializado na disputa entre coronéis da região de Curitiba, mostra-se típico da situação enfrentada por posseiros no período entre o final do século XIX e a primeira metade no século XX. Este enfrentamento é resultado da união entre operários desempregados de uma estrada de ferro, posseiros expulsos de suas terras pela Southern Brasil Lumber And Colonization CO, além de moradores dos arredores que se organizaram no enfrentamento aos fazendeiros em uma guerra marcada por temas religiosos. Este caso, como os outros, demonstra a articulação popular de grupos bastante díspares compostos por pessoas que se uniam na luta pela possibilidade de ter uma terra para sobreviver, independente da conquista desta enquanto propriedade. Neste sentido Martins (1995), pontua que:

“Embora tais movimentos não apresentem unidade na forma de sua expressão, de sua organização de seus objetivos, eles apresentam uma certa unidade quanto à causa. De fato, o que em todos eles estava em jogo não era propriamente a propriedade da terra e sim a renda capitalista da terra. (...) As diferentes formas de lutas e os diferentes movimentos expressavam uma só coisa: a luta dos camponeses contra a renda da terra” (Martins, 1995, p.79–80)

As Ligas Camponesas são outros dos movimentos rurais fundamentais para a história dos conflitos pela terra no Brasil e é nesse conjunto de ações que o tema da reforma agrária

começa se formar enquanto motivação à luta. Estas são marcadas pela dura repressão estatal e assassinato de seus líderes.

Como apresenta Silva (2008), As Ligas Camponesas marcaram a história brasileira como movimentos bastante organizados e capazes de mobilizar grandes contingentes de trabalhadores rurais. A partir disto, ganharam projeção nacional ao denunciar a repressão promovida por proprietários e conquistar vitórias incontestáveis aos movimentos camponeses, ao passo que foram movimentos pioneiros no debate acerca da “natureza da propriedade de terra e a necessidade da reforma agrária”. (Silva, 2008, p.57).

Segundo Fernandes (2000) as ligas camponesas começaram a se estruturar no ano de 1945, sendo compostas por uma série de atores que compunham a luta do campesinato pela terra no momento histórico em questão, entre eles camponeses proprietários, parceiros, posseiros e meeiros, que lutavam contra processos de expropriação, expulsão de terras e processos de proletarianização/assalariamento. Estes agrupamentos organizaram grandes contingentes de camponeses em vários estados brasileiros, mantendo-se em alguns casos com o apoio do Partido Comunista Brasileiro (PCB), relação a qual, - a partir da declaração do partido como ilegal, no governo Dutra em 1947, - influenciou que boa parte das ligas fossem reprimidas, pela ação do Estado, fazendeiros e jagunços.

Uma das várias estruturas criadas no seio da luta das ligas camponesas, foi a “Sociedade Agrícola de Plantadores e Pecuaristas de Pernambuco”, organização que ficara conhecida como “Liga Camponesa Galiléia”, de mesmo nome do engenho no qual os foreiros se encontravam. A luta destes indivíduos baseava-se na oposição às tentativas do proprietário de aumentar o grau de exploração no trabalho e buscar expropriar alguns dos foreiros. Fernandes (2000) ressalta também a importância da liga de Sapé, situada no Estado da Paraíba, que chegou a ser a maior do país, e que teve sua história marcada pelo assassinato de seu líder João Pedro Teixeira, fundador do movimento, que depois fora conduzido por sua esposa Elisabeth Teixeira.

Neste cenário histórico de organização das Ligas Camponesas registra-se que existiam, no ano de 1962, organizações espalhadas por 13 estados do país e que estas realizavam

encontros e congressos que promoviam intensamente o debate sobre o tema da reforma agrária no Brasil. Segundo Silva (2008), a força das Ligas foi capaz de impulsionar o reconhecimento social da categoria “camponês” nacionalmente a partir do primeiro Congresso Camponês ocorrido no ano de 1961 em Belo Horizonte, no qual a proposta de reforma agrária sob o lema “na lei ou na marra” venceu. A partir da força deste movimento, sindicatos e outras organizações locais começaram a surgir inspirados e estruturados com base na organização das Ligas, além da contribuição e influência “...de setores de partidos de esquerda, a exemplo do PCB, e de setores da Igreja Católica, tais como o MEB (Movimento de Educação de Base) e a Ação Popular (AP), orientados pela CNBB (Confederação Nacional dos Bispos do Brasil)”. (Silva, 2008, p.57).

Todavia é importante levar em consideração que por mais que houvessem importantes contribuições e interlocuções entre as Ligas, o PCB e Setores da Igreja Católica, as propostas de tratar o tema da reforma agrária entre tais grupos não era única nem muito menos consensual. Fernandes (2000) apresenta que enquanto a proposta de findar o monopólio de classe sobre a terra, advinda das ligas, possuía um caráter radical e em certo sentido revolucionário, as do PCB e da Igreja Católica projetavam a concretização da reforma agrária de uma maneira branda e por reformas pontuais:

“Por parte das instituições, ao contrário, tanto o PCB quanto a Igreja Católica defendiam uma reforma agrária que deveria ser realizada por etapas, por meio de pequenas reformas e com indenização em dinheiro e em títulos. Parte das ligas tentou organizar grupos guerrilheiros. Quando então ocorreu a prisão de muitos trabalhadores e os grupos foram dispersados pelo Exército. Com o golpe militar de 1964, as Ligas Camponesas e outros movimentos foram aniquilados.” (Fernandes, 2000, P. 33)

O período que antecede o golpe militar é marcado não só pela ação das Ligas Camponesas e sua intercessão com o PCB e a Igreja Católica, cabe ressaltar atores que também possuem protagonismo no que veio a ser o cenário da luta pela reforma agrária brasileira entre 1950 – 1964: A União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas (ULTAB), o Movimento dos Agricultores Sem-Terra (MASTER) e a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG).

A ULTAB fora criada no ano de 1954 pelo PCB com o interesse de coordenar os grupos de luta camponesa, pretendendo-se também a união entre os operários e camponeses numa luta única. Fernandes (2000) adverte que as lideranças dessa organização eram raramente camponeses, sendo boa parte desses indicados pelo PCB de maneira unilateral. Apenas em Pernambuco onde estavam organizadas de maneira mais aprofundada as Ligas Camponesas e no Rio Grande do Sul, onde existia o MASTER, fora que a ULTAB não conseguiu se fixar.

O MASTER sugira no final dos anos 50 a partir de ações de resistência de posseiros em “Encruzilhada do Sul”, em um grupo que chegava a 300 famílias, tendo depois se fortalecido pelo estado. O apoio do Leonel Brizola fora importante para o movimento que depois ao aglomerar assalariados, parceiros, peões e pequenos proprietários, começou a organizar-se no formato de acampamentos, já em meados de 1962. É importante ressaltar o caráter que o movimento passou a tomar a partir da criação de acampamentos, já que nesse momento, não mais se tratava de uma organização que lutava simplesmente contra expulsões de seus trabalhadores, como no caso das Ligas Camponesas, mas sim que estava determinado a ocupar as áreas dos latifúndios nos quais acampava. Por mais que tenha se fortalecido durante o governo Brizola, a derrota deste, no ano de 1962, fez com que o movimento passasse a sofrer vários ataques, tendo permanecido na luta até o ano de 1964. (Fernandes, 2000, p. 34)

A CONTAG, emerge nos anos 60 em um cenário onde a criação de sindicatos passou a ser defendida pelo governo federal frente o crescimento cada vez maior das organizações camponesas no Brasil. Em certo sentido, era de interesse do Estado fortalecer o formato dessas organizações enquanto sindicatos para que pudesse ter mais controle dos movimentos subordinando-os a seus interesses. É neste quadro que a CONTAG surge, após a liberação da sindicalização rural por parte do governo brasileiro, que abriu espaços para uma série de encontros locais e estaduais marcados pela disputa do controle político da confederação que se criava.

Segundo Fernandes (2000), o PCB e a Igreja Católica eram atores fundamentais que estavam engendrados na luta pelo controle da instituição. É importante ressaltar que no ano de 1963 uma série de sindicatos ligados à Igreja Católica, se organizaram para propor a fundação de uma confederação sindical. Todavia essa tentativa, que se circunscrevia aos estados do Rio

Grande do Norte, Sergipe e Pernambuco, não conseguiu concretizar seus interesses, já que 19 outras federações aguardavam também a tramitação de seus documentos. (Fernandes, 200, p.35). A concretização veio de fato com construção de uma lista única organizada tanto pela ULTAB que em certa medida fazia oposição às vertentes católicas, quanto a própria Igreja. É então a partir dessa lista única, baseada no acordo entre as duas instituições que se criou a CONTAG, em dezembro de 1963.

Compreende-se então que o período entre 1940 e 1964 fora bastante importante para a história dos engajamentos no campo brasileiro, marcado pela discussão e fomento da reforma agrária enquanto demanda camponesa, pois:

“(…) esse tempo de realização dos primeiros encontros e congressos camponeses foi igualmente abundante em lutas de resistência pela conquista da terra. Lutas em defesa da posse da terra, ocupações para conquistar a terra; ações expropriatórias, expulsões, assassinatos: diferentes formas de violência contra os trabalhadores; reação e revolta, migração, grilagem praticada por fazendeiros e grandes empresas – muitas vezes com a complacência do Estado – greves, reivindicações, fundação e associações, de sindicatos, de federações a da confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura, foram as principais características da resistência dos trabalhadores rurais. A constância dessas lutas em todo o território nacional é um exemplo do avanço da formação camponesa nessa época.” (Fernandes, 2000, p.36)

Porém, o Golpe Militar de 1964 fortalece um período de repressão e retrocesso aos esforços dos camponeses sem-terra que se articulavam nos períodos anteriores. A criação do Estatuto da Terra, lei que regulamentaria a tão esperada reforma agrária brasileira, segundo Oliveira (2001), não foi nada mais do que uma lei morta, que não valorizava o camponês e sim a empresa agrícola, fortalecendo desta maneira a reprodução dos interesses de latifundiários e empresários.

Ao situar o governo ditatorial nas políticas de incentivos fiscais aos empresários e o uso da colonização como alternativa à reforma agrária, processo que veio a ser chamado na literatura sobre o tema da terra no Brasil como “Modernização Conservadora” o autor apresenta o caso amazonense da década de 70, um dos que mais concentrou mortes no campo:

“Os empresários, para ter acesso aos incentivos fiscais, tinham de implantar seus projetos agropecuários na região, que estava ocupada pelos

povos indígenas e, em determinadas áreas, pelos posseiros. Muitos foram os conflitos violentos. Os povos indígenas foram submetidos ou ao genocídio ou ao etnocídio. Aos posseiros não restou melhor sorte: ou eram empurrados para novas áreas na fronteira que se expandia, ou eram expulsos de suas posses e migravam para as cidades que nasciam na região.” (Oliveira, 2001, p.191)

O final dos anos 70 e o início da década de 80, antecedida pela expansão do número de movimentos e organizações rurais na luta pela terra, como já citado as Ligas Camponesas, o MASTER e a CONTAG, marcado pelo processo de militarização da questão agrária e pelo aumento dos conflitos e mortes no campo, é também palco da consolidação da categoria social dos trabalhadores “sem-terra”, que houvera se iniciado com as lutas do MASTER nas décadas passadas (Rosa, 2011). Segundo Silva (2008), os movimentos que se fortalecem sob essa categoria “surgem em decorrência do processo de modernização da agricultura e da intensificação do caráter empresarial das grandes propriedades, apoiadas pelos recursos públicos” (SILVA, 2008, p.63).

O MST se situa então enquanto o principal movimento que se expressa sob a nomenclatura de “sem-terra” e que veio a promover esta enquanto categoria típica da luta pela reforma agrária no território brasileiro dos anos 70 até a atualidade. Segundo Fernandes (2000), a história do MST inicia-se no dia 7 de setembro de 1979, a partir da ocupação de uma gleba de nome Macali, situada em Ronda Alta, município do Rio Grande do Sul. A ocupação realizou-se com 110 famílias, num cenário de resistência contra a expropriação, expulsão e o processo de proletarianização/assalariamento, inaugurando então o processo de formação e posteriormente territorialização do MST. É importante mencionar que as terras da fazenda Macali eram remanescentes das lutas organizadas pelo MASTER na década de 60, o que aponta a continuidade dos conflitos envolvendo terras na área em questão e as lutas camponesas correspondentes.

Ainda como aponta o autor, esse momento foi um dos pontapés para o desenvolvimento do MST, que no período entre 1979 e 1984 manteve-se em sua fase de “gestação”. Além da ação em Macali, outras investidas foram realizadas nos estados de Santa Catarina, Paraná, São Paulo e Mato Grosso do Sul, estas foram então as primeiras experiências de ocupações de terra, encontros e reuniões que se fizeram sob a égide do grupo. Essas ações fundaram então as bases

do MST que veio a se fundar de maneira oficial no período entre 21 a 24 de janeiro de 1984, no Primeiro Encontro Nacional de seus trabalhadores, realizado no Estado do Paraná, na cidade de Cascavel. Seu primeiro congresso se realiza em Janeiro de 1985 onde se dá início o desenvolvimento da territorialização da bandeira.

O MST tem se demonstrado o principal movimento de luta pela terra no Brasil desde o seu surgimento no sul do país contra a proletarização e a expropriação de terras até a atualidade com a expansão de suas bandeiras de luta. Por meio de uma organização sólida e de caráter nacional, o movimento tem fomentado o interesse pelo tema da reforma agrária no campo brasileiro. O modelo acampamento-assentamento do MST se consolidou no país afora como um método típico de atuação dos movimentos rurais sem-terra, que desde a criação do MST fragmentaram-se em inúmeras nomenclaturas, interesses e modos de entender a ação camponesa, os quais nem sempre convergem, Rosa (2011), Sigaud (2000).

Este resgate histórico elucida algumas dimensões da relação entre movimentos camponeses e o tema da reforma agrária. Como demonstrado no início deste capítulo, é necessário atentar para o fato de que o tema da reforma agrária nem sempre fora o objetivo dos enfrentamentos por terra no país, todavia este retrospecto nos demonstra como a bandeira se fortaleceu ao longo do tempo, na articulação dos grupos camponeses país afora e na nacionalização de suas lutas em oposição aos agentes das diversas formas de controle e exploração do trabalho no capitalismo moderno. O caso da reforma agrária no DF não se situa aquém deste processo, muito pelo contrário, manifesta as contradições deste sistema e a articulação de indivíduos que carregam em suas trajetórias o resultado da luta em busca de melhores condições de vida em um país marcado pela desigualdade social promovida pelo capital.

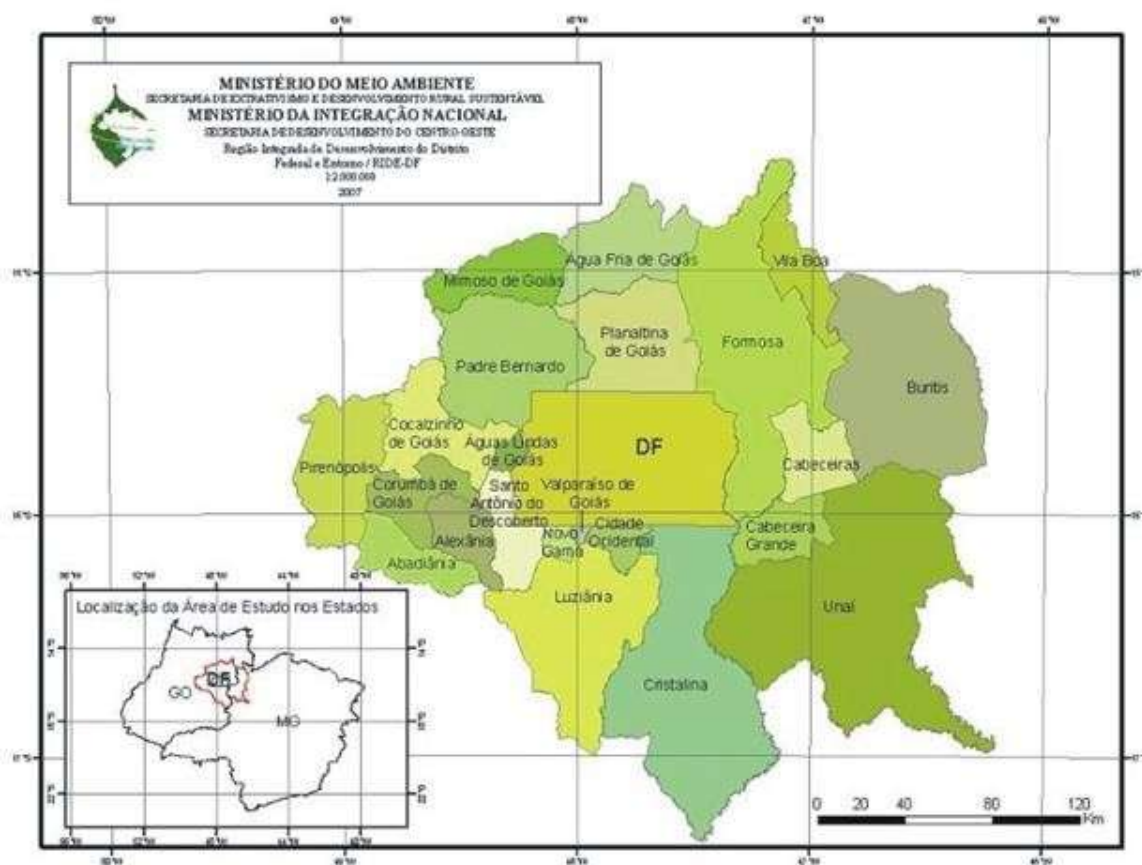
As considerações dos dois capítulos seguintes se estruturam por meio de uma exposição histórica da questão rural no DF e sua legislação referente a Reforma Agrária desde 1997, para então conduzir à apresentação da trajetória dos 4 militantes coordenadores do “Acampamento 10 de Junho” e a história desse empreendimento. Por intermédio da pesquisa documental da legislação de reforma agrária do DF, 14 atas de reunião do Conselho de Política de Reforma

Agrária (CPA), e 4 entrevistas semiestruturadas com os acampados, buscou-se apreender as lógicas nas quais os trabalhadores estão inseridos, suas trajetórias e como estas se entrecruzam com processos históricos e legislativos do Distrito Federal.

Capítulo 2 – A reforma agrária no Distrito Federal

2.2 – O desenvolvimento da luta pela terra no Distrito Federal

Tratar dos antecedentes históricos dos movimentos rurais no Distrito Federal envolve tornar claro que grande parte dos registros destas primeiras organizações políticas, influências e agrupamentos, não se restringem apenas à área de que hoje temos por Distrito Federal mas também a “Região Integrada do Distrito Federal e Entorno, conhecida como (RIDE). Esta, inclui, além do DF, municípios que se mantêm em uma relação direta e mútua de influências com a capital federal além, e em certo sentido mais, do que com as capitais de seus estados: Goiás (GO) e Minas Gerais (MG). A imagem a seguir apresenta a área que compreende a RIDE:



É necessário compreender isto, pois a história da dinamização da ocupação do espaço rural no cerrado – favorável ao desenvolvimento da pecuária extensiva – abrange diversas regiões, com destaque a Minas Gerais e Goiás que, a partir do século XVII, concentravam grandes fazendas de gado. Os pequenos núcleos de agricultura de subsistência, deste período, se organizavam nos arredores dos grandes latifúndios – pois mantinham uma relação de dependência e convivência com estes –, este processo corroborou com a formação dos primeiros municípios da região. Outro fato que contribuiu com o processo de intensificação da ocupação, foi um curto ciclo da borracha, extraída de espécies nativas do cerrado, no início do século XX.

Em 1960, com a sua fundação, Brasília passou a exercer uma enorme influência sobre as pequenas cidades próximas, mais especificamente, as situadas no entorno do Distrito Federal. De acordo com Bertolini & Carneiro (2007), a questão da migração – especialmente advinda do norte e nordeste – foi uma característica fundamental desta zona de influência na época, isto explica o crescimento populacional e o aumento do número de municípios. Neste viés, e em vista do intenso fluxo migratório, há um amplo processo de valorização das terras que ficam nas proximidades da capital.

O mundo de oportunidades simbolicamente representado por Brasília significou a constituição de um verdadeiro cinturão de problemas para os pequenos municípios adjacentes, que se mostraram incapazes de acompanhar o ritmo imposto pela metrópole. Assim, a região do Entorno do Distrito Federal passou a conviver com um paradoxo que associa a modernidade representada por Brasília ao atraso dos latifúndios improdutivos e da pecuária extensiva. Além dos problemas decorrentes do intenso fluxo migratório em direção à capital federal, o seu entorno sofre também com a brutal valorização das terras. (Leite, 2004, p. 49;50)

Até o início dos anos 60, as áreas que compreendem o cerrado no Planalto Central não eram utilizadas para o aperfeiçoamento da agricultura comercial, tendo em vista a falta de infraestrutura e o tipo de solo inadequado para esta atividade. Neste sentido, estas áreas eram preponderantemente usufruídas por fazendeiros que faziam criação extensiva de gado, e se apropriavam de chapadas e veredas, assim como por meeiros, posseiros e pequenos agricultores que produziam para fins de subsistência.

No final desta mesma década ocorre um intenso processo de modernização da agricultura, com status do que veio a ser teorizado por Guimarães (1977) enquanto a “Modernização Conservadora”. O Estado foi um elemento fundamental neste curso, pois ofertou recursos, taxaço de juros negativos e fomentou a pesquisa sobre a diversidade de espécies que poderiam ser cultivadas no cerrado. Surgiram diversos projetos e programas que incentivaram o desenvolvimento das atividades agropecuárias na região. Este cenário revelou uma tendência histórica de concentração fundiária, pois posseiros e pequenos proprietários foram gradativamente sendo expropriados de suas terras, o que por sua vez corroborou com o acirramento dos conflitos agrários.

“A associação entre a atração de fluxos migratórios para Brasília, a concentração fundiária previamente existente no seu entorno e o processo de modernização conservadora da agricultura trouxe efeitos perversos que provocaram a ampliação dos problemas sociais e econômicos da região. Com a crescente fragilidade das relações de parceria e do colonato e a intensificação da contratação de trabalhadores volantes, os trabalhadores não encontravam possibilidade de reprodução social nem através da agricultura de subsistência, nem da venda de sua força de trabalho, abrindo espaço para a emergência de três modalidades de conflito: uma entre posseiros e grileiros, ambos interessados em ampliar o controle sobre as terras valorizadas pelo processo de modernização; outra entre colonos e moradores, de um lado, e proprietários, de outro, resultante do rompimento de contratos de parceria; e uma terceira, provocada pela intensificação da presença de trabalhadores rurais sem-terra e sem trabalho nas periferias das cidades da região.” (Leite, 2004, p. 50)

O processo de redemocratização do país, o esgotamento da política de crédito rural subsidiado e a intensificação dos efeitos da modernização da agricultura, fomentaram uma conjuntura político-social favorável ao avanço da luta por reforma agrária. Em 1970 intensificam-se os primeiros agrupamentos mediados por membros da Igreja Católica e posteriormente pelos movimentos sindicais, como é o caso da Central Única dos Trabalhadores (CUT). Os conflitos ficaram ainda mais acirrados na década de 80, quando o cenário impulsionou uma maior politização dos movimentos fundiários em prol da reforma agrária, e houve o aumento nas ocupações de terras improdutivas.

Segundo Leite (2004), neste período as ações que tiveram mais destaque na região do entorno – tanto do lado goiano, como do lado mineiro – foram das federações estaduais de trabalhadores rurais (Fetaemg e Fetaeg), com aporte da CUT, na qual influenciou as

mobilizações, organizações e criação de sindicatos dos trabalhadores rurais. Outro personagem elementar neste contexto, foi o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) que posteriormente fez um trabalho de mobilização nas cidades satélites interessados em mobilizar pessoas para a formação de acampamentos.

“No Noroeste mineiro dois marcos referenciais para as lutas pela terra naquela região foram as desapropriações das fazendas Saco Grande/Palmerinha (em Unai, 1984) e Fruta D’Anta (em João Pinheiro, 1986), que acabaram impulsionando novas lutas (...) Já o caso da fazenda Fruta D’Anta inaugura uma ação do movimento sindical (com apoio também da Igreja Católica), com a organização de ocupações em áreas identificadas como improdutivas, construindo a luta pela reforma agrária num novo patamar, que ultrapassa os limites da resistência de posseiros. No lado goiano, até 1997, o principal mediador da luta pela terra foi o movimento sindical de trabalhadores rurais, que atuou na implantação de pelo menos 18 projetos de assentamento, sendo que em alguns momentos a parceria com o movimento sindical mineiro foi importante. (Leite, 2004, p. 50;51)

O MST, ainda na década de 80, encontrava-se consolidado nos estados de Goiás e Minas Gerais. Seu processo de organização no Distrito Federal se deu entre o final dos anos de 1980 e meados de 1990, por meio de experiências “espontâneas e isoladas” (Bertolini; Carneiro, 2007, p. 216). Em 1994, o MST firma-se no DF a partir das ocupações das fazendas Dois Irmãos, em Brazlândia, em Sarandi e em Planaltina. Vale ressaltar ainda que, foram realizadas diversas ocupações no decurso de quatro anos após os fatos relatados, o que fomentou o fortalecimento do movimento, e a criação de lideranças na região.

Neste resgate sobre os movimentos sem-terra no DF, um dos marcos históricos foi a realização do “1º Encontro Estadual do MST DF e Entorno” em um acampamento às margens do Rio Preto em Planaltina/DF no ano de 1995. O tema central em debate era a conquista do primeiro assentamento do MST no âmbito da RIDE, originado de uma ocupação na Fazenda Barriguda em Buritis/MG. No mesmo ano, militantes do MST conquistam o segundo assentamento no município de Água Fria (GO), denominado “Terra Conquistada”. No que se refere ao Distrito Federal, as primeiras áreas destinadas à reforma agrária são os assentamentos Três Conquistas, no Paranoá, e Nova Vitória e Recanto da Conquista, esses dois em São Sebastião (PAIVA, 2014, p. 75).

Após as pressões dos movimentos sociais, foi criada em 1997, no INCRA, a Superintendência Regional do Distrito Federal e Entorno – SR (28) – que passou a tratar de questões agrárias tanto na esfera do DF, como também em municípios do nordeste goiano, noroeste mineiro e entorno sul de Brasília, ou seja, a RIDE.

No que diz respeito à esfera institucional, foi criado em julho de 2004 a Federação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar (FETRAF BRASIL/CUT) que surgiu durante a realização do I Encontro Nacional da Agricultura Familiar em Brasília. A sua criação se deu em um momento de amplo debate entre agricultores familiares e de um forte vínculo com o movimento sindicalista. É uma entidade atualmente presente em assentamentos no âmbito da RIDE, possui como objetivo defender a construção de um sistema de produção sustentável, priorizando o meio ambiente e a vida.

Os movimentos de luta pela terra que atuam hodiernamente são reflexos deste processo histórico. A grande maioria deles se relacionam com sindicatos e associações, outros agem de forma isolada. O que se percebe é que as configurações políticas variam de cidade para cidade. Isto se deve, pois, à diversidade da caracterização das famílias, ou seja, após o intenso fluxo migratório, permaneceram nesta área vários perfis de migrantes trabalhadores rurais. Há migrantes oriundos do meio rural e urbano. A diversidade da origem e do processo anterior de trabalho das famílias se intensifica quanto mais próximo for do Distrito Federal. Dessa interação de interesses e culturas distintas, podem surgir fatores novos na dinâmica dos assentamentos. Neste emaranhado de origens e realidades, a luta dos sem-terra foi se consolidando com mais força na região. (Bertolini; Carneiro, 2007, p. 217)

Oliveira (2012) conta a história dos movimentos rurais no DF considerando o processo de migração como característica central na história da formação da luta pela terra neste espaço. Como descrito anteriormente, os agrupamentos atuais passam a aglutinar atributos de diversos grupos, oriundos de distintas regiões, que depositaram na capital do país as chances de mudar de vida.

(...) a perspectiva de vida no assentamento pode possibilitar, por exemplo, acesso à infraestrutura e créditos, elementos importantes e necessários para que os assentados possam produzir e viver. Essa

perspectiva só é possível porque esses trabalhadores estão determinados a melhorar suas condições de vida, apesar de ser um processo longo e desgastante, que envolve negociações constantes entre assentados e Governo, representado pelo INCRA. Na verdade, esses trabalhadores migrantes passam por processos de mudanças sociais que definem a direção de suas vidas e que, no caso em estudo, tem como ponto final, até então, os assentamentos rurais. (Oliveira, 2012, p. 180)

Paiva (2014) é outro que caracteriza os assentamentos existentes hoje no DF. Estes enfrentam diversos desafios, como péssimas condições de infraestrutura, acesso à água, energia e moradia, além disto, falta de vontade política na implementação e consolidação das políticas de reforma agrária, a título de exemplificação a oferta de crédito e programas de agroindustrialização.

“falta eficácia na implantação de programas de assentamento (PA), os quais facilitariam a produção e a comercialização do que é produzido pelos camponeses do movimento. Esse quadro político de quase ausência do Estado dificulta, inclusive, o abastecimento alimentar no Distrito Federal (...) aqui cresce a demanda por alimentos, principalmente pelo segmento dos orgânicos. (Paiva, 2014, p. 76)

2.2- O desenvolvimento da legislação de Reforma Agrária no Distrito Federal

No ano de 1997 emerge um importante elemento para o desenvolvimento da proposta de reforma agrária no DF, a lei Nº 1.572 de 1997, produzida pelo deputado do PT Antônio José, conhecido pelo nome de Cafu. Por mais que a lei não tenha sido capaz de produzir de imediato o desencadear prático das suas propostas, esta foi fundamental para o desenrolar tanto do debate acerca da reforma agrária no DF, quanto serviu de base para resoluções legislativas que viriam no ano de 2012. A lei de Cafu serviu de princípio para a criação do que veio a ser o carro-chefe do GDF durante o Governo Agnelo, em se tratando da política de reforma agrária, o Programa de Assentamento de Trabalhadores Rurais (PRAT), programa que iniciou-se no governo em questão mas que continua operando até hoje no âmbito da gestão de Rodrigo Rollemberg.

No dia 22 de julho de 1997 foi sancionada a lei 1.572, projeto de Cafu. No corpo deste documento apresentava-se a criação do PRAT, um programa de interesse social que estruturaria a política de assentamentos de trabalhadores rurais no DF, a partir de terras da Terracap. O programa contaria com um Conselho de Política e Assentamento Rural, no âmbito da Secretaria de Agricultura do Distrito Federal, composto por representantes do Poder Executivo indicados pelo Governador do Distrito Federal, representantes dos trabalhadores rurais sem-terra indicados por fórum de entidades agrárias do Distrito Federal, um representante indicado pela Ordem dos Advogados do Brasil e outro indicado pelo Poder Legislativo. Segundo a lei 1.572, as atribuições referentes ao conselho seriam as de indicar os bens imóveis a serem destinados ao PRAT, propor ao Poder Executivo as normas para seleção dos trabalhadores a serem beneficiados pelo programa, acompanhar sua execução, definir o cronograma, deliberar sobre as ações a serem desenvolvidas por este e aprovar o plano de ação, ocupação e uso de terras destinadas aos assentamentos. As ações do programa então obedeceriam as etapas de I – Planejamento, II – Seleção de Beneficiários, III – Estágio probatório e IV – Outorga da concessão de uso.

Porém o projeto não teve tanta eficácia na implantação do programa de assentamentos rurais, e os esforços legislativos interessados em promover a reforma agrária no DF permaneceram inexpressivos até o ano de 2012, com a criação do Fórum Distrital de Políticas de Reforma Agrária destinado a lidar com terras da União e a Regulamentação do PRAT, que trata apenas de terras da Terracap, unido ao acordo de cooperação técnica entre o INCRA e o GDF, que se deu em 2013.

O decreto Nº 33.594 do dia 29 de março de 2012 cria então o do Fórum Distrital de Políticas de Reforma Agrária (FPRA), com o interesse em acompanhar e agilizar a implementação das políticas de reforma agrária e desenvolvimento rural no Distrito Federal. De acordo com o site da Secretaria de Agricultura, a Coordenadoria de Articulação Intergovernamental trabalharia intermediando as relações entre os órgãos distritais, federais, movimentos sociais e sociedade civil que se interessam pela questão da reforma agrária, ou possuem relação com esta. Neste sentido o Fórum Distrital de Políticas de Reforma Agrária propõe-se um espaço de representação de movimentos sociais em articulação com órgãos

governamentais e membros na sociedade civil, a partir disto, visa promover a discussão sobre a questão agrária implementação de ações que agilizem o processo de democratização dos espaços rurais para fins produtivos e agir em prevenção a ocorrência de conflitos no campo.

Em paralelo a criação do FPRA, que trata das terras referentes à União, emerge então a regulamentação, no dia 17 de Abril de 2013, da lei 1.572 do deputado Cafu de 1997, apresentada no decreto Nº 34.289. A regulamentação da lei de 1997 conserva as bases do projeto anterior, como a criação do Conselho de Assentamento Rural (CPA) e as etapas de execução de ações, ao passo que acrescenta outras diretrizes. Quanto ao PRAT afirma que o objetivo deste: "...destina-se a fomentar a integração das políticas de desenvolvimento dos assentamentos rurais do Distrito Federal, unificando procedimentos e a atuação dos órgãos do Governo do Distrito Federal no atendimento das demandas dos trabalhadores rurais." Outro ponto levantado é que as ações do programa serão desenvolvidas de acordo com o Plano Nacional de Reforma Agrária, passando os órgãos dos DF a atuar de forma integrada com as diretrizes e ações do Governo Federal. Além da adição de tais deliberações, o decreto traz capítulos que tratam temas ausentes na lei de 1997, são eles sobre a seleção dos beneficiários, o estágio probatório, a outorga e concessão de uso, relação dos órgãos envolvidos com a prestação das estruturas de infraestrutura básica dos assentamentos e suas atribuições.

Além da elaboração do Fórum Distrital de Políticas de Reforma Agrária (FPRA), regulamentação da lei do PRAT e criação do Conselho de Assentamentos Rurais (CPA), que emergem enquanto suportes para a realização da reforma agrária no Distrito Federal, o acordo de cooperação técnica entre o INCRA e o GDF é outra ação que compete para o fomento de atuações em favor da criação de assentamentos destinados à produção agrícola. Este acordo buscaria então: dar apoio as famílias de trabalhadores rurais, através da regularização dos assentamentos rurais que seriam reconhecidos pela autarquia agrária, conduzindo então ações como a identificação de terras públicas do Distrito Federal, referentes à Terracap, que possuíssem viabilidade à reforma agrária, seleção das famílias e desenvolvimento das áreas de maneira sustentável. Por meio disso, a parceria interessa-se por propiciar ao trabalhador condições de crédito, assistência técnica, educação básica e outros meios que permitam a realização da política agrária.

Estes pontos demonstram como, a partir da regulamentação da lei do PRAT de 1997, unida à criação do Fórum Distrital de Políticas de Reforma Agrária (FPRA), dos Conselhos de Assentamentos Rurais (CPA) e acordo de cooperação técnica entre o INCRA e o GDF, instaura-se um período de fomento à discussão e implementação da reforma agrária no Distrito Federal. Estes novos aparatos começam então a funcionar e se entrecruzam com a trajetória de vários militantes que almejam conseguir suas terras a partir do seu engajamento nos acampamentos e influência em tais espaços legais. Já foram criados, segundo o site da Secretaria de Agricultura do DF, 5 assentamentos no seio deste programa, do ano de 2013 a 2014, e existem 12 acampamentos que aguardam a regulamentação frente as instâncias governamentais, resultando, até o momento, no número de 133 beneficiários.

A apresentação, no capítulo seguinte, das biografias e trajetórias de 4 coordenadores do “Acampamento 10 de Junho”, será capaz de nos demonstrar como a história de vida destes militantes se situa no processo histórico de formação do DF, sua legislação agrária e o modo como enxergam o movimento, constroem um acampamento e buscam alcançar a terra que desejam.

Capítulo 3 – A dinâmica de construção do “Acampamento 10 de Junho”

3.1 – Antecedentes dos Militantes à construção do acampamento

Este capítulo apresenta a trajetória dos 4 militantes entrevistados para os fins dessa monografia. Recuperar a história de Geomacy, Miranda, José Mário e Ângela, todos coordenadores do acampamento em questão, é fundamental para que se compreenda os processos de socialização pelos quais esses indivíduos passaram que os levaram à carreira militante e elucidar de qual maneira e através de quais eventos, os quatro puderam se organizar coletivamente enquanto membros de uma coordenação. Desta forma, compreender a biografia desses indivíduos é dar sentido aos determinantes do engajamento militante e da coletivização em movimentos sociais de luta pela terra no DF.

Geomacy

A trajetória de Geomacy é permeada por contínuos processos de migração que envolvem distintos estados do território nacional, além de mudanças constantes de ocupações profissionais. A partir da compreensão desses momentos e cenários específicos nos quais Geomacy atuou, poderemos recuperar as redes de relações e intencionalidades que permitiram e impulsionaram seu contato com a luta pela reforma agrária, e mais especificamente, com o engajamento no “Acampamento 10 de Junho”.

Nascido em Tacima – Paraíba, no ano de 1962 e tendo vivido na pequena cidade do interior do estado até seus 12 anos, quando mudou-se para Lajes no Rio Grande do Norte, Geomacy iniciou sua vida, que viria a ser marcada por uma vivência intensa da migração país a fora. No final dos anos 70, por volta de 1978 e 1979, com seus 17 anos, buscou no Rio de Janeiro a possibilidade de melhores condições de emprego, a partir do qual poderia ajudar sua família em Lajes. Afirmara, ao ser entrevistado, que seguiu uma “tendência geral do

nordestino, em especial do Rio Grande do Norte”, que enxergou no Rio de Janeiro uma possibilidade de ascensão econômica. O fato das condições de renda na terra natal não apontarem cenários positivos, e o impulso na sua juventude de “conhecer e desbravar o Brasil”, aliou-se com as redes familiares que já tinha no estado. Nesta rede, existiam irmãos, tios e tias que já viviam no local o que facilitou tanto o interesse pela investida, quanto sua permanência.

Todavia, permanecera apenas 1 ano e meio no estado, tendo trabalhado nas “Casas da Banha”, enquanto repositor de supermercado, a partir do qual juntava dinheiro para enviar à família no Rio Grande do Norte. Geomacy volta para Lajes em meados de 1980 casando com sua esposa Eleoneide. Em 1989, a experiência de deixar o estado repete-se, mudando para o Triângulo Mineiro, lugar no qual ficou por 3 anos trabalhando enquanto motorista de caminhão, profissão não permanecera por muito tempo, tendo retornado poucos anos depois ao Rio Grande do Norte.

Em 1997, um novo cenário se põe à Geomacy, com a possibilidade de vir morar no Distrito Federal, oportunidade que iniciou seus 18 anos de morador do recanto das emas. Sua vinda ao DF, adveio, novamente, de oportunidades geradas pelos laços familiares de parentes que já moravam na região para onde migrou. A possibilidade de moradia no Recanto das Emas foi apontada pelo padrinho de sua esposa, chamado Gil, que ganhara um lote ¹ em 1994 quando o Recanto fora fundado, tendo construído uma casa neste. Gil avisou à Geomacy que possuía uma casa na cidade satélite e que se este possuísse interesse em morar no local, o imóvel estaria a sua disposição. A oportunidade foi aproveitada, concretizando-se na sua vinda ao Distrito Federal.

O primeiro emprego de Geomacy no DF fora com transportes de lotação. Ele inicia neste momento, o que seria formalmente o primeiro dos vários momentos que se seguem de uma trajetória de engajamentos políticos em cooperativas, partidos e sindicatos. Neste envolvimento com transportes de lotação, chegou a fundar uma cooperativa de transportes alternativos, tendo porém saído da mesma “devido a bandidagem” que dissera encontrar no

¹ O trabalho de Borges (2003) aprofunda o tema sobre a distribuição de lotes no Distrito Federal, correlacionando a expansão territorial e populacional do DF e as políticas adotadas pelos Governos locais.

meio. Nas cooperativas diz que se deparou com pessoas que “queriam vender os movimentos”, cenário que o levou a abandonar o emprego, afirmando que restava mais a ele meios de combater as formas ilegítimas de utilização das cooperativas.

Após sair do trabalho na cooperativa de transportes, Geomacy abriu uma peixaria numa feira, na qual trabalhou por 5 anos, tendo-a abandonado para envolver-se na profissão de caminhoneiro novamente. Porém, é nesta feira onde conecta-se pela primeira vez com a luta pela terra, ou mais especificamente, pela reforma agrária no Distrito Federal.

Isto significa que, o “Acampamento 10 de Junho” não fora a primeiro momento em que Geomacy se envolvia com reforma agrária no DF. Ele já havia participado de um acampamento do MST, com pessoas distintas das que compunham o acampamento do qual fazia parte na época da entrevista. Este primeiro contato ocorreu em 2002, quando foi convidado por amigos que trabalhavam na feira onde tinha sua peixaria, para compor o movimento na luta pela terra na cidade de São Sebastião. A convite desses companheiros, que também eram comerciantes na feira, Geomacy passou então a integrar um acampamento sob a bandeira do MST.

Todavia, não se manteve no acampamento, desfazendo-se do grupo. Os motivos do afastamento devem-se ao fato de além de ter que trabalhar na feira e lidar com o engajamento político que lhe requeria tempo e dedicação, Geomacy aponta que as ideias que os integrantes do movimento tinham, não se encaixavam bem com as suas. Quando foi perguntado então sobre o porquê desta dissonância de projetos e valores com os companheiros do MST, Geomacy explicou:

“Rapaz... porque hoje mesmo a própria sociedade ela tem um receio quando fala em MST. Por causa de reportagem de pessoal matando gado, degradando plantações, como você viu aquela reportagem, passando os tratores por cima daqueles pás de laranjeira né? Não é uma coisa tão grande assim, mas o pessoal tem muito... eu já conversei com pessoas quando eu vou que mostro que sou do movimento, as pessoas logo pergunta “é do MST?”, aí eu digo: não a gente tá hoje num movimento, mas é um movimento que não degradada, a gente quer só preservar né? A gente quer terra pra plantar, pra substituir as coisas ruins que o pessoal, muita gente via né? Muita gente via os sem terra como se fosse pra tacar fogo, pra invadir. Hoje não, você pode ver que hoje as invasões são tudo, sem pancadaria, sem aquela mortalidade de gente que você via antigamente, como aquela dos Carajás. Hoje tá bem diferente já essa

ideologia. O próprio pessoal do MST, eles hoje mesmo, eu já sentei pra conversar com, já conversei com o José Rainha. Ele falou que tá bem mudado a coisa, que não é mais como era antes que era chegando tacando fogo, matando gado, degradando. Mas naquela era, justamente foi um grande motivo pra mim desligar, não acompanhar e sair fora.” Geomacy

Após essa primeira experiência com a luta pela reforma agrária, marcada por uma desarmonia com os projetos e valores que enxergava no grupo que chegou a fazer parte e no MST, Geomacy - depois de sua volta ao trabalho como caminhoneiro - , passou em 2011, a trabalhar em um cargo de confiança no GDF. Ficou neste emprego durante 1 ano, tendo pedido exoneração do seu cargo no governo para se dedicar novamente a um movimento de luta pela reforma agrária - sustentado então sua casa a partir do salário de sua esposa, que trabalha com vendas no setor privado.

Geomacy, voltou então a compor a luta em 2012, a convite dos amigos Miranda e José Mário, os qual já haviam participado de um assentamento chamado “PA Lula - Luís Inácio Lula da Cruz” em Cristalina. É a partir deste convite que Geomacy inicia seu envolvimento com o que veio a ser o “Acampamento 10 de Junho”.

Miranda:

Oriundo do estado do Paraná, nasceu na cidade de Ortigueira em 1963. Segundo Miranda, sua família chegou à Brasília no ano de 1958, em meio ao intenso fluxo de migrações que desembocavam na capital. Afirma que assim como todo brasileiro, na época, tinha como objetivo participar da construção da nova capital do país e assim galgar melhores condições de vida. Retornaram ao Paraná e em 1965 voltaram ao DF onde ficaram definitivamente até hoje. Quando criança, ele e sua família, moraram na Vila do IAPI. Logo depois, com o processo de remoção, passaram a viver na Ceilândia. No Distrito Federal ele estruturou sua vida e família, estudou, tornou-se servidor público e atualmente está aposentado. É casado, tem 2 filhos, uma filha e três netos.

Seu primeiro emprego foi de cobrador de ônibus em 1979, depois trabalhou como motorista em 1984, profissão na qual se aposentou. Por volta de seus vinte anos de idade, ingressou no movimento sindical, na CUT, no sindicato dos rodoviários e ficou até 1995 como diretor sindical. Viajou por todo Brasil apresentando congressos e em 1995, na época do governo Cristovam, assumiu um cargo de confiança. E em 96 conheceu Geomacy, atual companheiro de luta.

Por ser sindicalista, já possuía um amplo conhecimento acerca dos movimentos sociais. Por meio de amigos, como José Mário, entrou no movimento, e à medida que passou a participar, começou a convidar outros amigos também. Assistira a uma entrevista de Zé Rainha, líder do MST, e interessado em conhecer melhor a reforma agrária, foi pesquisar sobre o tema. Segundo ele, já ajudou a assentar várias famílias no entorno do DF como em Cristalina, Flores e Padre Bernardo.

Participou do Acampamento Boa Fé, em Santo Antônio do Descoberto (GO) no ano de 2002, de outro acampamento em Padre Bernardo (GO) em 2004, além do Acampamento Gibão. Fez parte do Assentamento Presidente Lula, porém, Miranda relata que foi “convidado a sair do assentamento” devido ao fato de que sua parcela, como a de muitos outros, ter sido inundada pela água do rio São Marcos. No Acampamento 10 de Junho estava há dois anos. Possui uma casa no Recanto das Emas, onde moram ele e sua família.

José Mario:

Nasceu em Serra Dourada no estado da Bahia e é o mais velho entre quatro irmãos. Sua relação com a questão agrária é marcada por uma história de fracasso familiar. Seu pai, que possuía duas fazendas e viveu com prosperidade ao longo de alguns anos, em 1976, devido a alguns impasses pessoais já não possuía mais nada. Tendo em vista esta situação, seu pai passou a trabalhar para terceiros e logo depois separou-se de sua esposa distanciando-se da família.

Em meados dos anos 80, José Mario se mudou para Brasília, onde conseguiu trabalhar em uma empresa que prestava serviços de limpeza na Universidade de Brasília (UNB). Ao conviver com alunos e alunas da universidade que ele considerava politicamente ativos, percebeu que vários deles usavam uma “estrelinha de plástico” vermelha e ficou curioso. Descobriu que aquela estrela era símbolo do Partido dos Trabalhadores (PT), ao qual se filiou no ano de 1982 e que veio a ser um trampolim em sua trajetória como militante. Depois foi transferido para trabalhar no Banco de Brasília (BRB), espaço em que conheceu muitas pessoas que integravam o sindicato dos bancários. Ainda em 1982 passou a debater política habitacional, envolveu-se com a juventude petista nas igrejas, a fim de filiar mais jovens ao partido.

Em 1994 José Mario tornou-se encarregado de Feiras em Samambaia, na época do governo de Cristovan Buarque, onde passou a trabalhar com causas sociais dentro destes locais. Lá conheceu algumas pessoas que faziam parte de ocupações na quadra 605 no Recanto das Emas. Em 1996, Arlete Sampaio, então vice governadora do Distrito Federal, o convidou para fazer um discurso sobre remoções e a participar, juntamente com uma equipe de aproximadamente 60 pessoas, no processo de erradicação de invasões da Estrutural para um lote definitivo no Recanto das Emas.²

No ano de 1999, foi chamado para trabalhar como assessor na Câmara dos Deputados. Foi uma oportunidade importante, pois pôde conhecer várias lideranças da reforma agrária e galgar seus primeiros passos com movimentos sem-terra. Conseguiu uma vaga no INCRA regional do DF, SR (28), mas transferiu-se para Manaus, onde trabalhou cuidando de estoques e suprimentos do Sistema de Proteção da Amazônia (SEPAM), em 2003.

Engajado com o debate político, lá conheceu um grupo de assentados da Amazônia, com o qual colocou em prática o projeto “Pró-Ambiente”, que visava assentar trabalhadores assentados para a questão ambiental. Em 2005 voltou a Brasília a trabalhar como assessor. Auxiliava trabalhadores assentados e acampados e a partir deste trabalho conheceu Miranda.

² A tese de Santos (2013) apresenta de maneira pormenorizada a remoção de famílias da estrutural para lotes no Recanto das Emas, articulando os impasses vivenciados pelos envolvidos e as consequências da ação promovida pelo Governo do Distrito Federal.

Conseguiu ser assentado no PA Lula em Cristalina (GO) até que no ano de 2012 passou a participar de reuniões na casa de Miranda, mobilizando cerca de 77 famílias para ocupar terra, dessa vez no DF.

Ângela:

Ângela a única coordenadora mulher, neste grupo de 4 coordenadores do “Acampamento 10 de Junho”, é também a única da coordenação que morava permanentemente no acampamento quando a pesquisa foi feita. Sua trajetória de vida antes do engajamento em questão reflete a questão da dificuldade de acesso a moradia fixa no Distrito Federal, onde ficam patentes as dificuldades de encontrar estabilidade financeira e de moradia em uma cidade marcada pela desigualdade social. A descrição deste cenário vivenciado por Ângela tem então importância fundamental para a compreensão de sua incorporação no movimento de luta por reforma agrária.

Nascida na QNL em Taguatinga, em 29 de setembro de 1975, Ângela se diz filha de Brasília. Com 40 anos e mãe de 6 filhos - dos quais apenas três moravam com ela quando ela foi entrevistada no acampamento - tem por ocupação ser dona de casa, mas além disso se diz feirante, tendo trabalhando com venda de hortaliças em feiras.

Ângela também tem em sua trajetória, assim como Geomacy, Miranda e José Mario, a marca da migração e sua relação com a busca por melhores condições de vida e trabalho. Além de ter morado na QNL onde nasceu, a militante também já morou na “Sandu”, depois mudando-se para localidades como Santo Antônio do Descoberto, Anápolis, Goiânia e por último o Recanto das Emas, onde residia no momento. Essas experiências de migrar para outros estados, como quando foi para Goiânia e Anápolis, não chegaram a apresentar, para Ângela, as respostas esperadas ou prometidas. A frase exposta ao descrever essas tentativas de buscar casa e emprego fora do Distrito Federal: *“Fui atrás de progresso, atrás de melhoras né? Mas não tive a resposta que eu queria.”*, expressa bem o quão frustrante foram tais tentativas.

Cinco anos antes da entrevista, em 2007, ela havia se mudado para fora do estado, indo à Anápolis mas acabou não encontrando o que desejava voltando então para o DF, mais

especificamente o Recanto das Emas, onde permanece até hoje. Neste regresso ao DF é que então veio a conhecer Miranda e Geomacy, intermediação que se dera através da campanha do então candidato a governador do Distrito Federal Agnelo Queiroz. O contato com a campanha de Agnelo deu-se através de uma tia que a convidou para tal, em meados de 2010, e tendo em vista as dificuldades econômicas pelas quais estava passando no momento, enxergou nesta possibilidade uma chance de obter renda. Imersa no trabalho da campanha e buscando sustentar seus filhos e casa, Ângela trabalhou na rua divulgando o material do candidato.

No período em que participou da campanha, ainda não tinha proximidade com Geomacy, o qual ela diz que via bastante no Comitê mas que apenas veio a conhecer melhor quando iniciaram as reuniões que vieram a concretizar na construção do Acampamento. Porém Ângela afirma após o trabalho realizado na campanha de Agnelo cada um dos companheiros se separou. Após esse trabalho na campanha, sem outros meios para complementar a renda de casa, a qual dividia com o salário de 800 reais do marido, instalador de divisórias, aponta que passou a trabalhar como balconista numa padaria.

Alguns meses depois, Ângela fora surpreendida por uma ligação de um companheiro com o qual trabalhara na campanha, o qual chamava-se Chicão. Este amigo, ligou-a para convidá-la para um movimento do qual fazia parte, a partir do qual Ângela poderia ter chance de finalmente ter uma casa própria e além disso um trabalho mais estável. Chicão, fez uma ressalva, indicando que não era um movimento para habitação simplesmente, como Ângela imaginou, mas sim um movimento visando a formação de chácaras. A militante, descreve com entusiasmo a ligação de Chicão a fez naquela noite, ressaltando o quão grata é ao amigo pela oportunidade dada:

“Irmã, e aí? O que que você está fazendo? Aí eu falei, olha, agora no momento eu estou indo dormir,. Aí ele falou: você quer ir pro movimento com a gente? Aí eu: Movimento? Aí eu falei: Pra moradia? Se for eu tô dentro! Aí ele falou: Não é pra moradia de casa não, é para chácara! Aí eu: Não acredito! Tô dentro!”

O movimento que Chicão se referia era o Movimento Brasileiro dos Sem-Terra (MBST), que reunia antigos companheiros da campanha de Agnelo e que visava a construção de acampamentos para reforma agrária no Recanto das Emas. Ângela então aceitou o convite

do amigo, vindo a reencontrar seus antigos parceiros da campanha de Agnelo, Geomacy, Miranda e José Mário. A partir das reuniões que o grupo começou a organizar deste momento em diante é que iniciar-se-ia a construção do “Acampamento 10 de Junho”. Quando perguntada sobre as suas experiências com movimentos anteriormente, assim como mostra sua trajetória, Ângela relata o quão novo era a luta pela reforma agrária para ela, não tendo nenhuma experiência anterior:

“(Entrevistador): Você não tinha nenhuma experiência com movimento? (Ângela) Não, nunca, nem invasão nenhuma. Porque eu, como filha de Brasília, eu nunca invadi,(...) não tinha experiência nenhuma. Esse pessoal aqui, todos tem...” Ângela

3.2 – A construção do “Acampamento 10 de Junho”

A história do acampamento 10 de Junho descrita pelos militantes que participaram de sua concretização e que posteriormente coordenaram seu funcionamento, tem por caracterização trajetórias de migração, engajamento político em cooperativas, sindicatos, partidos políticos e campanhas eleitorais. Alguns dos personagens principais deste contexto são Ângela, Geomacy, Miranda e José Mário que se conhecem no decorrer de suas histórias e é a partir do relato destes que pretende-se contar o processo de desenvolvimento do acampamento.

De acordo com Geomacy, após anos sem participar de qualquer movimento, foi convidado por Miranda e José Mário, em maio de 2012, para fazer parte do projeto chamado “De volta às Origens”. O projeto havia sido criado por aqueles dois, e o sentido deste seria o de fomentar que pessoas que vieram para a cidade, tendo vindo do campo, pudessem voltar à este, ou seja, que investissem no movimento de luta pela terra enquanto uma volta às origens enquanto trabalhadores rurais dos mesmos. Geomacy afirma que enxergou na concretização do projeto, assim como outras/os companheiras/companheiros de luta que migraram de suas regiões de origem para a zona urbana, - não tendo encontrado as oportunidades que almejavam-, a possibilidade de mudar de vida.

Miranda e José Mário já eram companheiros de Geomacy, e este aponta que tal laço é que permitiu que ele tivesse a confiança no projeto. Tais amigos se conheciam a muitos anos devido a militância que tinham pelo Partido dos Trabalhadores (PT), tendo Miranda militado por 30 anos, Geomacy por 18 e José Mário também por 30. A confiança no projeto foi então facilitada. Geomacy descreve o momento do convite, ressaltando uma proposta anterior dos amigos para um acampamento em Cristalina (GO) e o novo convite que aceitara:

“Então devido eu conhecer eles, e eles já ter me convidado para Cristalina, mas Cristalina eu achava inviável né? Longe. Então quando eles chegaram pra cá e me falaram desse proposta para o Recando das Emas, que eu vi o documento, o projeto de volta as origens, aí que eu... “vamo abraçar essa causa e vamo entrar”. E aí foi quando a gente começamos a fazer as reuniões, as primeiras reuniões na casa de Miranda e chamamos os companheiros para fazer as reuniões, e foi quando começou o movimento.” Geomacy.

O motivo para ter sido convidado pelos dois para compor o projeto, além de decorrer da amizade entre os três e suas vivências compartilhadas na militância do partido, decorrera também da experiência a que Geomacy já possuía politicamente de outros âmbitos de engajamentos que compunham sua trajetória. Já havendo sido presidente de cooperativas de transporte, construção civil e participado de um acampamento do MST, todos estes engajamentos que tinham lhe dado experiência política de liderança. Mas, por mais que aponte tais fatores enquanto a porta de entrada principal para o movimento, Geomacy diz que o fato de ter vivido até sua adolescência no meio rural, também fora importante para se enquadrar no foco do “Projeto de Volta Às Origens”. A partir disso, Geomacy, descreve como viu neste projeto uma causa pertinente e que refletia sua vivência, trajetória e desafios encontrados no decorrer da vida:

“Então, eu achei muito importante o “Projeto de Volta às Origens”. Porque aquilo, pra mim, de eu estar hoje fazendo um depoimento para explicando isso aí, aquilo pra mim foi assim: Uma porta que se abriu. Não só pra mim. Mas pra muitos que veio do campo que tá na cidade, que não tinha oportunidade. Não tinha oportunidade de voltar, porque não tinha como. Não tinha terra para trabalhar. Então isso foi um grande, um grande incentivo, para que eu abraçasse a causa, para vir para dentro do movimento.” Geomacy

Este momento em que Geomacy tomou conhecimento sobre o “Projeto de Volta às origens”, ocorrera em Maio de 2012, um mês antes do grupo se acampar definitivamente no

que veio a ser o “Acampamento 10 de Junho”. É então que a partir do convite de Miranda e José Mario, e acreditando nos princípios que estavam dados no projeto, - os de trazer ex-trabalhadores rurais de volta ao campo -, que Geomacy juntou-se ao grupo para buscar terras no DF que pudessem ser destinadas à reforma agrária. Neste momento, o grupo já estava orientando seu engajamento, com base no conhecimento que tinha acerca da existência de uma nova legislação, assinada pelo então governador Agnelo Queiroz, que fomentava a construção de assentamentos com fins de reforma agrária.

“O governador Agnelo, então quando entrou no governo, com dois meses ele assinou um projeto de lei autorizando acampamento de reforma agrária para o DF. Então foi uma brecha que abriu para nós.” Geomacy

O “projeto de lei” ao qual Geomacy se referia era o “Programa de Assentamentos de Trabalhadores Rurais” (PRAT), que passava a estruturar uma nova política de reforma agrária na região do Distrito Federal, tratando da construção de assentamentos exclusivamente a partir de terras da TERRACAP. E é então partir deste quadro, e visando enquadrarem-se nas normas do programa, que o grupo passou a se organizar na procura de terras do Recanto das Emas que fossem aptas à construção de assentamentos.

Com retomada do Programa de Assentamento de Trabalhadores Rurais (PRAT), durante o governo Agnelo, segundo o grupo, possibilitou-se a percepção de uma oportunidade de pôr o projeto “De volta às Origens” em prática. Com base nisso, foram organizadas as primeiras reuniões do grupo que realizavam-se inicialmente na casa de Miranda. A partir destes encontros, que começaram ainda de maneira informal, que o grupo consolidou-se e fortaleceu seus laços afetivos, e cada vez mais e mais companheiros de partido, movimentos, ou simplesmente amigos, eram convidados para ingressar no projeto. Segundo Miranda, estas redes de interação que se formam e em que se convidam colegas e conhecidos para a participação em movimentos, seriam práticas bastante comum nos agrupamentos de luta pela reforma agrária, independentemente de suas bandeiras.

Além dos 3 militantes já citados, José Mario, Geomacy e Miranda, outra personagem fundamental também passou a compor esse grupo que veio a construir e coordenar o “Acampamento 10 de Junho” no Recanto das Emas. Ângela, assim como fora dito

anteriormente, em 2010, a convite de sua tia, trabalhara na campanha do então candidato Agnelo para governador do Distrito Federal, espaço onde conheceu os demais companheiros de luta, Geomacy, Miranda e José Mário. Findado o trabalho na campanha, tendo se afastado do grupo, Ângela veio a se reaproximar dos 3 através de um convite de seu amigo Chicão, que compo as reuniões do projeto “De Volta as Origens” chamou Ângela para participar do movimento. O grupo já estava maior, e organizava-se neste momento sob a bandeira do Movimento Brasileiro dos Sem-Terra (MBST), do qual José Mário era presidente regional. Para compor o grupo foi necessário então que Ângela acompanhasse reuniões realizadas por este, as quais não ocorriam mais na casa de Miranda, mas no local onde anteriormente existia a escola de samba chamada “Aruremas”, no Recantos das Emas.

Ângela diz que o número de coordenadores no início dos encontros no pátio da escola de samba, era na média de 9, entre os quais estavam Geomacy, Miranda, ela e José Mario. Mas então afirma que depois de um tempo um número elevado de pessoas passou compor também as reuniões. Geomacy, Miranda e José Mário – que já eram companheiros de partido político, neste caso o Partido dos Trabalhadores (PT) – diferente de Ângela, já possuíam outras experiências com movimentos de luta por terra, e desta forma, conduziam decisões e orientavam os militantes desde os primeiros encontros e ações realizadas. Nesses primeiros encontros do projeto, cada coordenador tinha em torno de 20 pessoas para coordenar, e com o passar do tempo alguns membros foram se afastando e apenas 4 coordenadores permaneceram.

Ângela detalha um pouco como eram as reuniões das quais começou a fazer parte. Nesses encontros eram dadas orientações sobre os modos como deveriam ocupar a terra e organizarem-se nela após a sua ocupação, mirando o interesse em ter a área regulamentada pelo governo. Aconselhava-se que brigas e discussões fossem evitadas no decorrer do processo e também que o grupo ficasse em alerta para que o terreno não corresse o risco de se transformar em uma “invasão”. Ângela inclusive ressalva a diferença entre visões de projeto que seriam totalmente distintas no sentido da ocupação da terra, uma exposta pelas “invasões” e a outra pelos projetos de assentamentos, ou “agricultura familiar”: *“Porque aqui é um projeto de agricultura familiar né? Aqui não é invasão”*, dizia Ângela.

O tema do perigo e o receio que o acampamento viesse a tomar ares de uma invasão, ficava então patente nos primeiros encontros pós ocupação da área que veio a ser definitiva do acampamento no Recanto das Emas. Ângela afirma que os coordenadores do movimento começavam a ficar preocupados com o número crescente de barracos que aumentava a cada dia na área do acampamento. Os companheiros diziam preocupados:

“Isso aqui não é para ter uma aparência de invasão não! Isso aqui é um projeto! Os meninos tinha muita preocupação com isso. Não era para estar assim não... Era para estar tudo direitinho”. Ângela

Porém, antes destes impasses e antes mesmo da ocupação da área que veio a ser definitiva do acampamento, o grupo sofreu uma série de derrubadas de seus barracos a partir de agências com a ADASA e AGEFIS. Tendo sido escolhido o primeiro local aonde construir-se-ia o acampamento, e concretizando-se tal projeto com a construção das casas de madeira, de acordo com Geomacy e José Mário, após dois dias os militantes foram retiradas/retirados pela Agência Reguladora de Água, Energia e Saneamento Básico do Distrito Federal (ADASA), que estipulou o prazo de 24 horas para a saída, devido a questões ambientais.

Geomacy explora então os momentos iniciais pelos quais passou com grupo nas primeiras tentativas de construção do acampamento. Segundo o militante os barracos haviam sido retirados por aquela ser uma área de proteção ambiental. O grupo tivera então que mudar de local. Tanto Geomacy quanto José Mario, apontam que a atitude do grupo de retirar-se do local com impasses ambientais e procurar uma nova área, não fora realizada sem concordância com o trabalho da ADASA. Segundo os dois membros do movimento, os princípios que orientavam o trabalho da entidade estavam em harmonia com os do “Projeto de Volta às Origens” e com os valores que compartilham aqueles que lutam pela “reforma agrária familiar”, e com base nisso a mudança não tivera ocorrido em desacordo:

“Respeitamos porque o nosso movimento, a reforma agrária familiar... dentro mesmo do projeto de volta às origens, nós respeitamos o meio ambiente. Preservar né? Não é degradar. Principalmente hoje dentro da reforma agrária familiar existem esses critérios. Quem fica nas áreas, as APPs, é para zelar e não degradar.” Geomacy

“Como nós temos compromisso com o meio ambiente, jamais iríamos agredir o mesmo”. José Mario

O grupo buscou então uma área próxima onde fosse possível a implementação do acampamento. Perceberam que nos arredores havia um terreno onde eram realizadas construções de casas e venda de lotes irregulares, por meio de pesquisas descobriram que aquilo se tratava de um processo de grilagem. Imaginando que poderiam barganhar com o governo este terreno que estava sob uso ilegal, fizeram a ocupação de uma parte da área que veio a ser a sede definitiva do acampamento. A ocupação foi feita com um número médio entre 70 e 80 pessoas, fato que aconteceu na Fazenda Monjolo – localizada na divisa entre o Recanto das Emas e Gama.

Geomacy e Ângela, descrevendo o início da construção do que seria o novo acampamento, relatam as experiências de derrubadas sucessivas que ainda assim foram feitas pela AGEFIS, totalizando um número de 6 remoções.

“Viemos para cá, sofremos umas derrubadas (...) AGEFIS vinha tirava né, a gente voltava, corria. Sofremos 6 derrubadas, até que então o pessoal sentou com o governo e daí então, daí massificou e ficou concretizado o acampamento 10 de Junho, mas foi sufoco” Geomacy

“Eu achava até engraçado né? Porque toda quarta-feira eles derrubava.”
Ângela

Quando perguntada sobre o motivo destas remoções, Ângela descreve que entendera que eles não poderiam ficar dentro da terra, pois ainda estariam ocorrendo processos sobre a resolução da mesma e por isso estariam sendo removidos do terreno. Mas, enquanto solução para tal, em meio às reuniões do grupo, por indicação de José Mario, eles descobriram que poderiam ficar na área que corresponde à uma estrada entre os terrenos, pois esta não pertenceria à ninguém.

Dado esse enquadramento, os coordenadores do acampamento ressaltam o que veio a ser o chamado Dia “D”. No dia 10 de Junho de 2010, passaram a construir seus barracos na área estipulada, e logo após, reunindo-se abaixo de uma árvore que fica na entrada do acampamento, fazendo a comida dos militantes, mantiveram-se no local. No período da tarde, José Mario descreve que chegara um senhor que dizia ser o dono da área, este,

acompanhado com a polícia do Gama derrubou as construções do acampamento. Isto enfraqueceu ainda mais a esperança de boa parte dos envolvidos que começaram a perder a fé no projeto pelos percalços consecutivos que estavam sofrendo.

À noite quando alguns membros do movimento se despediram e voltaram para suas casas, foi feita a proposta por parte de José Mário a respeito da permanência ali, ou seja, que seria necessário definir se todos iriam se unir e continuar a resistência, ou voltariam para suas casas. José Mario teria dito que se optassem pela segunda proposta tudo que havia sido planejado e deliberado acabaria naquele instante. Ângela descreve este momento detalhadamente, define-o como emblemático para a história do acampamento. De acordo com seu relato, José Mário retirou o seu chapéu, jogou-o no chão, e com a voz firme indagou aos presentes se eles estavam realmente comprometidos com a luta, caso contrário abandonaria tudo.

Ângela diz que no começo, devido as dificuldades que encontrava, até mesmo de ficar no acampamento por não ter uma “coberta” para seu filho pequeno, recuou da decisão de ficar no acampamento, mas depois, vendo a possibilidade de José Mario desistir do engajamento, ela acabara decidindo pela permanência.

“Inclusive eu fui uma das que falou: Mas companheiro, a gente nem trouxe uma coberta... Isso porque eu tava com o meu filho né? Aí ele falou como uma autoridade, eu me lembro como se fosse hoje... Ele tirou o boné e falou: “Ou fica aqui, ou eu paro com isso aqui agora!” (...) Aí na hora que ele falou que ia desistir... Eu que tinha recuado, fui uma das primeira que levantei a mão, e estou aqui tem 2 anos” Ângela

Um grupo de 15 pessoas decidiu ficar e a partir daí resolveram ocupar a área definitivamente. Após este momento o acampamento não sofreu mais nenhuma remoção e então os envolvidos no movimento puderam organizar as moradias no local. Segundo Geomacy, o fim das derrubadas do acampamento deveu-se à compreensão por parte do governo de que o interesse dos acampados era legítimo. Segundo ele, os governantes teriam percebido por meio das negociações de José Mario no Conselho de Política de Assentamentos (CPA), que o grupo era composto por “pessoas idôneas” e que através da

confiança que tais pessoas geravam, facilitou-se o processo de legitimação deste para com o Estado, findando as ações de remoção.

Dado este cenário, Geomacy aponta que esses acontecimentos foram um pontapé para a criação do “Fórum Agrário”, e conseqüentemente para o fortalecimento de ações de cunho governamental que fomentassem a política de reforma agrária na Região, findando um ciclo de desinteresse dos governos anteriores pelo tema:

“O Governo deu o crédito de não derrubar mais e se criar o Fórum Agrário né? Até aí não existia, não existia fórum agrário, aqui não existia nada. Depois disso aí, depois que a gente veio para cá, que foi-se criado o Fórum Agrário. Que hoje tem uma mesa de negociação. [Entrevistador:] Então em Brasília não tinha? [Geomacy:] Brasília não tinha. Não existia reforma agrária aqui em Brasília. (...) O último que deu uma terra para a reforma agrária foi o Cristovan, foi o “26 de Setembro”, do lado de Taguatinga. Ali foi Cristovan que fez aquele assentamento ali. Então, de Lá pra cá, os outros 12 anos de governo da direita, nunca assentaram nem deram um palmo de terra para ninguém. Porque não é de interesse né? Aí o Agnelo quando entrou no Governo, com dois ou 3 meses, ele assinou um projeto de Lei autorizando. E hoje a gente tá vendo eles assinando os decreto, liberando as terras.” Geomacy

Ao descrever o modo como as novas instâncias governamentais criadas no âmbito do PRAT tem operado, Geomacy chegou a citar um exemplo de ação feita pelo movimento buscando provocar no governo o aceleração da entrega de terras. Geomacy, liderou pelo MBST uma ocupação numa chácara de um político famoso em Brasília, onde pretendia pressionar o governo na entrega de terras. Ao descrever essa ação, o militante também toca em pontos como o aparelhamento que o dono da terra utilizava-se da polícia militar, ressaltando o modo como o diálogo que ele fomentara com o fazendeiro permitiu uma conciliação entre as partes, afastando as chances de um conflito eminente. Segundo ele, essa forma de lidar com a questão da terra, dialógica e não conflitiva, é a que tem ditado o ritmo das ações dos movimentos no seu diálogo com o Estado, em contraposição às ações que ele atribui ao MST, que teriam um cunho menos dialógico.

“Tudo hoje, você tem que conquistar, dentro do diálogo, da conversação. Por exemplo, quando eu entrei, nós entramos ali na chácara do V* ali né?! Se a gente fosse entrar lá, ia ser um conflito agrário brabo lá. Chegou uma Tucson cheia de pistoleiro lá e eu tive que, conversei com os cara lá, fiz a negociação, mas os cara vinha pra matar mesmo. Aqueles PM aposentado vinha é pra matar. Aí eu cheguei, mandei colocar o carro pra dentro e

falei: Vamos conversar aqui cara. Aí eu falei: Aqui ninguém quer tua terra aqui não, uma chácara dessa aqui é um pingo d'água no oceano. A gente quer fazer o movimento, para reivindicar para o governo que a gente quer terra né? Aí foi que o cara chegou e falou: Ah, então você não quer minha chácara? Aí eu disse: Não moço, isso aqui é um ponto de partida, a gente tá fazendo uma reivindicação aqui para cobrar do governo mais agilidade nas terras.” Geomacy

“[Entrevistador:] Mas esse pessoal que chegou lá armado não era policial não né? Geomacy: Era, era policial militar mesmo. Eles chegaram tudo com distintivo lá. Era policial que faz segurança do V*. É os cara que trabalha pro governo e faz o bico, tá entendendo? Faz a segurança dele. (...) A gente tava com medo, mas eles tava com muito mais medo do que nós. A gente tava com 100 pessoas lá né?!” Geomacy

Além do acampamento em São Sebastião e do Recanto das Emas, Geomacy também participou das ações de ocupação do Acampamento 3 de maio, fundado em 3 de maio de 2013 além do acampamento “Polo de Cinema” em Sobradinho, no qual uma parte dos acampados no Recanto das Emas seriam re-aloçados, tendo em vista que as terras nesta área não seriam suficientes para todos. As pessoas que não conseguissem as terras no Recanto seriam então re-distribuídas nos acampamentos 3 de Maio e Polo de Cinema, através da rede do movimento organizado por José Mário.

Tendo sido consolidado o acampamento, tendo em vista o fim das derrubadas pela AGEFIS, uma série de estruturas puderam ser construídas neste, no espaço de dois anos desde sua fundação e o momento em que foram realizadas as entrevistas. Todo um novo microcosmo social foi se organizando no espaço, onde mesmo inseridos em um cenário precário, com dificuldades de acesso a água potável, saneamento básico e alimentação, os moradores que aguardavam a tramitação da regulamentação do assentamento, começaram a buscar construir a possibilidade autonomia no local. Entre os frutos dessa nova condição que estruturou-se ao logo de 2 anos, percebe-se a construção de 3 igrejas, duas protestantes e uma católica, espaços para o ensino e alfabetização de crianças, jovens, e adultos, que se realizavam na sede do movimento, além serviços de gás, manicure e venda de materiais básicos.

Ângela é uma dessas que manteve-se cotidianamente na busca do bem estar para aqueles que compartilhavam a vida no acampamento, tendo inclusive construído um

“mercadinho” onde passou a vender desde balas e comida, até utilidades básicas para o lar e materiais de higiene. Essa preocupação com o bem estar coletivo Ângela atribui a sua completa imersão na vida do acampamento, apostando nele a sua esperança em um futuro melhor. O fato de permanecer no espaço continuamente seria um fator que com o passar do tempo incutiu em Ângela um envolvimento com a luta muito forte, além da sensação de pertencimento ao grupo:

“Inclusive filho, o que me trouxe aqui, que eu desliguei um pouco, foi porque eu abracei, que eu abracei o movimento”. “(...) hoje se você me perguntar assim: se fosse para você trabalhar hoje, ou ficar no movimento, o que você preferiria? Eu ainda preferiria ficar no movimento, entendeu?! Eu não sei porque... Você vai convivendo, você vai se envolvendo, você pegando... carinho pelas pessoas! Eu sinto falta daqui, eu gosto de tá aqui, entendeu?! Eu gosto muito desse lado social, eu gosto...” Ângela

Ao falar sobre o caráter “social” a partir do qual manteria uma ligação afetiva com o movimento, Ângela descreve a construção de seu pequeno mercado que construía visando o bem comum no local:

“Então, a minha vendinha foi o seguinte. Eu tava recebendo um seguro desemprego. Eu estava trabalhando numa padaria e saí da padaria para vir para cá. (...) Então, eu tava recebendo esse seguro, eram quatro parcelas, na quarta parcela eu pensei: O que é que eu faço? Ou eu vou trabalhar, ou eu pego este dinheiro. E aí o meu filho foi e falou: Mãe, porque é que você não pega esse dinheiro, compra de balinha e vende lá no acampamento. (...) Aí eu comecei, comprei umas balinha, aí fui vendendo e depois de um tempo as pessoa começou: Irmã, bota um fósforo! Bota uma vela! Bota isso, bota aquilo, aí eu fui pondo de pouquinho, e até hoje eu boto de pouquinho (...) Aí nisso, surgiu o “Terra Nostra” o mercadinho entendeu?!” Ângela

O nome do mercadinho, chamado então de “Terra Nostra”, Ângela diz que veio de Geomacy, que quando frequentava as reuniões do projeto gritava um grito de guerra em que dizia “Terra Nostra!”.

“O Geo, que falava, ele gritava “Terra Nostra!”. Ele dizia que a terra ia ser nossa né?!” Ângela

Além de todas essas estruturas que foram construídas no acampamento de 2012 até 2014, cabe ressaltar a organização de mulheres encabeçada por Ângela e outras mulheres do movimento, a qual conseguiu, através de articulações com representantes do governo, trazer o acesso às mulheres a meios de garantir seus direitos. A partir de reuniões com o grupo da UBM – União Brasileira de Mulheres e articulações internas às mulheres do acampamento, no dia 30 de abril as militantes receberam a visita do “ônibus lilás”. A parceria que o UBM tinha com a secretaria da mulher possibilitou a presença deste no acampamento, através do qual as moradoras puderam denunciar casos de violência. Rose e a Tatine, duas militantes que também fazem parte da coordenação do grupo de mulheres articularam a vinda deste projeto para o acampamento. Tatiane então teria feito amizade com Valesca Leão que era secretária de estado da mulher, e através desta rede de contatos, conseguiram trazer tal evento ao acampamento.

Durante o decorrer das entrevistas e visitas ao acampamento, Miranda e Ângela e Geomacy apontaram José Mário como uma referência em suas trajetórias de luta, por este ser muito engajado e articulado, participar de outros espaços de deliberações – por exemplo o Conselho de Política de Assentamento Rural (CPA) – e desta maneira estabelecer o diálogo direto com instâncias governamentais. Ao analisar as atas do CPA, percebe-se que, de fato ele é um personagem muito importante para o acampamento, configurando-se como um canal de informações tanto na esfera do governo, como na do acampamento 10 de Junho. Inclusive, Miranda aponta que esse contanto maior com o Governo do Distrito Federal é um grande facilitador na viabilização do assentamento, e usa como exemplo a escolha da área onde se instala o acampamento, que pertence à TERRACAP e que está destinada para a Reforma Agrária.

José Mário diz, em concordância com os demais entrevistados, que durante o governo Agnelo eles/elas perceberam a possibilidade de fazer Reforma Agrária no Distrito Federal. E que isso não se dera só por ações unilaterais do governo, mas num diálogo com diversos órgãos como a Secretaria de Estado de Governo (SEGOV) e a Secretaria de Agricultura e Desenvolvimento Rural (SEAGRI). Por meio disso fora possível o resgate da Lei Nº 1.572, de 22 de julho de 1997 criada pelo ex-deputado distrital Cafu, que criava o

Programa de Assentamento de Trabalhadores Rurais – PRAT. É nesse quadro institucional em que José Mario passou a articular as demandas do acampamento com o Estado, trabalhando, como relata, da seguinte maneira:

“O movimento se organiza, cobre as áreas, pede no CPA, o CPA encaminha a área para a TERRACAP fazer os estudos para saber se essa área está produtiva ou não, se tem documento ou não, se tem pedido de regularização ou não. Se tiver pedido de regularização, fica suspensa, não passa para fins de Reforma Agrária. Se for indeferido o pedido, ela volta a ser discutida no CPA.” José Mário

O tópico a seguir trata do desenvolvimento do acampamento no âmbito estatal. Por meio da representação e articulação de José Mario nas reuniões do CPA poder-se-á perceber como tal processo correu no campo institucional da política de reforma agrária do DF.

3.3 – As ações de José Mario no Conselho de Políticas de Assentamentos

A primeira ação de José Mario no âmbito do CPA e que inicia a movimentação do “Acampamento 10 de Junho” no âmbito do Estado, ocorreu durante a 7ª reunião ordinária do Conselho de Política de Assentamentos (CPA), ocorrida dia 9 de maio de 2013. Nesta Reunião apresentou-se a primeira lista de imóveis a serem destinados ao PRAT, apresentação feita pelo representante do Poder Executivo Gustavo Augusto Gomes de Moura. Foi exposto um diagnóstico social daquelas áreas, com estudos geológicos, ambientais e descritivos. Os imóveis indicados foram: Quilombo, Mangueiral, Camapuã, Estrela da Lua e 15 de Agosto todos localizados na cidade de São Sebastião, e o acampamento Santarém localizado na cidade de Samambaia.

Após a apresentação destas áreas, José Mario, depois de elogiar o engajamento do governo na realização do PRAT, fez uma solicitação pela incorporação de mais acampamentos no programa de assentamentos, apontando que esta primeira exposição do governo contemplava uma parcela muito pequena de famílias acampadas. Tal prerrogativa de José

Mario já visava a incorporação do Acampamento 10 de Junho enquanto uma das áreas destinadas ao PRAT na reunião seguinte. É importante também ressaltar a contribuição de José Mario ao, em seguida, apontar a necessidade de que o CPA contemplasse de maneira equitativa os movimentos sociais que acompanham as famílias beneficiadas para que não houvesse monopólio de movimentos específicos no recebimento dos benefícios governamentais. O conselheiro da SEGOV Jean Lima, respondera os questionamentos de José Mario afirmando que o governo trabalharia nas semanas seguintes identificando novas áreas destinadas a trabalhadores rurais.

Na reunião seguinte, a 8ª reunião ordinária do Conselho de Política de Assentamentos Rurais, ocorrido no dia 13 de Agosto de 2013, o Acampamento 10 de Junho aparece pela primeira vez nas discussões, como resultado das articulações de José Mario no encontro anterior. Seguindo as indicações de novas áreas feitas na reunião passada, os representantes do governo apresentaram novos imóveis pretendentes a serem destinados ao PRAT, respectivamente: Fazenda São Geraldo (Acampamento Tiradentes), Fazenda Banco do Brasil (Acampamento 10 de Julho), Fazenda Lages e Fazenda Barreiros (Acampamento Deus é Nossa Força I, II, III e IV) e Fazenda Monjolo (Acampamento 10 de Junho). No âmbito desta reunião, o Conselheiro Gustavo Augusto Gomes, representante da SEAGRI, descreveu a situação do Acampamento 10 de junho frente as instâncias governamentais. Segundo o representante, a fazenda Monjolo na qual se situava o acampamento, não possuiria ainda processos de regularização fundiária junto a SEAGRI, o que tornava necessário que uma visita *in loco* fosse feita ao acampamento por esta instituição, isto permitiria verificar-se a potencialidade da área à tornar-se assentamento.

Ainda nesta reunião, logo em seguida a exposição da situação do Acampamento 10 de Junho frente a SEAGRI, José Mário fez uma denúncia quanto aos processos de grilagem e invasão de terras nas áreas correspondentes à Fazenda Monjolo. Segundo o líder do MBST, nas terras em questão, estariam ocorrendo um processo de parcelamento e venda de lotes por terceiros. Diante destas denúncias do líder do MBST, os representantes do governo deliberaram pela confecção de pedidos endereçados à Agência de Fiscalização do Distrito Federal

(AGEFIS) e pela secretaria de Ordem Pública e Social do Distrito Federal (SEOPS), visando a apuração das questões apresentadas.

Quanto à deliberação sobre a necessidade de abertura dos processos de regularização fundiária do Acampamento 10 de Junho junto à SEAGRI, foi confeccionado um requerimento ao longo da reunião endereçado à Terracap. Este documento corresponde à “RESOLUÇÃO CPA nº 6/2013, de 13 de Agosto de 2013”, a qual, visando atender as famílias acampadas ligadas ao Movimento Brasileiro dos Sem-Terra – MBST, define que a SEAGRI deverá emitir um relatório com a caracterização das famílias acampadas, além de realizar, juntamente com a TERRACAP, uma visita na área solicitada com a finalidade de atualizar as informações sobre o cadastramento das famílias e de possíveis processos de regularizações já iniciados na área em questão. O documento aponta ainda que no caso de haver processos de regularização fundiária na área solicitada ao assentamento, estas parcelas de terra seriam excluídas do perímetro correspondente à criação do Assentamento.

Na reunião seguinte, 9º encontro, ocorrido no dia 24 de Outubro de 2013, é apresentada a resposta da TERRACAP em relação à solicitação feita na 8ª reunião do CPA. Segundo a RESOLUÇÃO CPA nº 13/2013, a TERRACAP identificou que o terreno solicitado para a construção do Acampamento 10 de Junho se sobrepunha, em parte, com uma área do “Parque Ecológico e Vivencial do Recanto das Emas”, terreno que não seria passível de destinação ao empreendimento de um assentamento de trabalhadores rurais. Mediante a isso, decidiu-se, ainda nesta mesma reunião, que a área correspondente ao parque ecológico seria excluída das poligonais do assentamento, neste sentido, diminuindo-o em alguns hectares. Além disso, ainda no 9º encontro, José Mário fez a solicitação de uma nova parcela de terreno para o assentamento. Esta área adicional possuía a dimensão de 52,2 hectares, parcela que ao se agregar ao terreno anteriormente demandado totalizaria uma área de 174 hectares no acampamento 10 de Junho. Tal pedido foi acrescentado na resolução nº13 do mesmo dia e enviado à SEAGRI e TERRACAP para que estas instâncias realizassem nova vistoria buscando atualizar informações sobre os novos terrenos demandados em questão.

Na 10ª reunião ordinária do CPA, são dados pelo Subsecretário de Administração e Fiscalização Fundiária, esclarecimentos sobre as áreas solicitadas por José Mario na reunião anterior, onde reivindicava terras, que denunciara estar sendo griladas no espaço da Fazenda Monjolo, para ao futuro assentamento “10 de Junho”. O Subsecretário mencionou o envio de equipes às localidades do Assentamento e afirmou que em alguns casos a denúncia de José Mario seria verdadeira, ou seja, eram áreas que tinham a sua finalidade desviada ou ausentes de produção agrícola. A partir disto, afirmou-se que comprovando-se o desvio de função dos terrenos, poder-se-ia acionar judicialmente a reivindicação da área destinando-a ao PRAT e conseqüentemente ao assentamento.

As discussões sobre o acampamento voltam a aparecer na 11ª reunião do CPA ocorrida em 24 de Janeiro de 2015, onde afirmou-se que as áreas do acampamento seriam encaminhadas à próxima reunião da diretoria da TERRACAP, e na 12ª reunião, em 21 de março de 2014, onde destaca-se que 10 de Junho teve sua área disponibilizada pela TERRACAP, aguardando a partir daquele momento a tramitação dos processos de licenciamento ambiental. A última menção ao Acampamento 10 de Junho no âmbito do CPA, segundo as atas de reuniões disponibilizadas no site da Secretaria de agricultura, foi feita na 14ª reunião, ocorrida no dia 17 de setembro de 2014, onde afirma-se que estaria em andamento o processo de seleção das famílias, momento este em que a área não é descrita mais como “Acampamento 10 De Junho” mas enquanto “Assentamento 10 de junho”.

De acordo com o site do Governo do Distrito Federal, o decreto para a criação do assentamento rural 10 de Junho, foi assinado no dia 12 de abril de 2014. Esta decisão, beneficiou 35 famílias que estavam acampadas e agora compõem o assentamento. Porém os 4 coordenadores entrevistados nessa pesquisa não foram beneficiários dos lotes destinados ao assentamento, e hoje encontram-se acampados no acampamento “Polo de Cinema” em Sobradinho sob a bandeira do Movimento de Luta pela Terra (MLT).

Conclusão

Esta monografia apresentou a história do Acampamento 10 de Junho, articulando as trajetórias individuais daqueles que construíram o acampamento aos processos pelos quais este passou no âmbito do Estado, por intermédio do Conselho de Política de Reforma Agrária (CPA). Tal princípio analítico partiu da ideia de que a compreensão do desenvolvimento do acampamento na história apenas poderia ser compreendida através do entendimento das articulações de militantes, que em suas ações deram “vida” e “movimento” à isto. Compreender os cenários que possibilitaram a coletivização destes sujeitos enquanto militantes, suas interações, a lógica das instituições governamentais que permitiram o diálogo daqueles com a esfera estatal e os representantes fundamentais pelos quais os movimentos se conectaram com o Estado, foi então a maneira pela qual buscou-se captar o movimento do acampamento na história.

Inseridos e em relação constante com as medidas oficiais governamentais estão os militantes de vários acampamentos e assentamentos espalhados pelo Distrito Federal. Compreender as trajetórias de 4 coordenadores do acampamento 10 de junho nos auxiliou a entender de que maneira a história da construção de Brasília, fluxos de migração, problemas sociais urbanos e o movimento expansionista do capital estão intimamente imbricados no processo de formação da questão rural no DF. As histórias de José Mario, Miranda, Geomacy, e Ângela demonstram como as trajetórias de indivíduos que carregam no seu histórico a migração, o engajamento em movimentos sindicais, cooperativas, ou até mesmo o envolvimento por intermédio de terceiros ou por necessidades financeiras, conectam-se e enxergam na construção de um assentamento a possibilidade de garantia de um futuro melhor. Além de uma possibilidade de gerar renda, a terra que perpassa o sonho destes moradores, manifesta-se enquanto possível elemento agregador de famílias, por enquanto separadas, projetos de estabilidade financeira e uma possibilidade de moradia.

Percebeu-se que o tema da reforma agrária no Distrito Federal tem sofrido, desde 1997, importantes mudanças. O que se pode perceber é que existe, desde tal período, um processo de criação de novas instâncias governamentais voltadas para a operacionalização da reforma agrária. A regulamentação da lei do PRAT em 2013, criação do Conselho de Política de

Assentamento, Fórum Distrital de Políticas de Reforma Agrária e o acordo de cooperação técnica entre INCRA e GDF, são as principais ações que, segundo os discursos oficiais, buscariam o fomento e implementação dos modelos de reforma da questão fundiária na região. Ao passo que as trajetórias de militantes se entrecruzam com estas políticas elas começam a apresentar seus primeiros resultados e aqueles que se engajam na luta, depositam sua confiança em tais instâncias para conseguir seu pedaço de terra.

Os dados foram capazes de apontar para cenários amplos, como os processos de estruturação da organização do acampamento, o sentido que a luta passou a adquirir com o tempo para os militantes, as maneiras pelas quais estes sujeitos enxergaram o seu próprio engajamento, as estruturas governamentais com as quais o representante fundamental dialogava e a importância que as ações deste possuiu nas reuniões para acelerar o processo de regularização da área enquanto assentamento. Por meio das atas de reunião do Conselho, foi possível tocar, ainda que levemente, na natureza das discussões dentro do espaço institucional estatal, que envolviam desde questões ambientais até o combate à grilagem nas terras destinadas a reforma agrária. A análise das atas permitiu também compreender os processos e etapas burocráticas pelas quais o acampamento necessitou passar no âmbito do Estado, como sua remoção de áreas de proteção ambiental, organização das visitas da TERRACAP e cadastramento das famílias.

Este estudo fomenta então a ampliação do campo de trabalhos sobre a questão da terra que emerge no Distrito Federal. O foco na relação entre trajetórias, história do acampamento e processos institucionais, foi capaz de demonstrar como indivíduos com histórias de vida específicas se associam coletivamente visando o interesse comum de construir um acampamento de reforma agrária. Além disso, o trabalho pôde recompor os meios pelos quais o Estado, através de estruturas institucionais, responde às demandas de formação de assentamentos que, ao mesmo tempo, possibilitam ou não, a realização de sonhos e projetos pessoais dos militantes. Estes pressupostos apresentam contribuições ao campo recente relacionado à reforma agrária no DF, articulando histórias pessoais, coletivização em movimentos sociais e suas relações com o Estado.

Como demonstrado no princípio deste artigo, é importante ressaltar a heterogeneidade dos movimentos que lutam e lutaram por terra no território brasileiro, pontuando neste sentido que nem sempre a luta destes possuiu a reforma agrária como objetivo, mas que esta é uma demanda construída historicamente por grupos determinados em sua oposição às várias formas de controle, exploração do trabalho e produção de capital. O embate contra os estigmas aos movimentos permanece patente nos discursos dos indivíduos entrevistados ao passo que estes justificam a legitimidade de sua luta e a necessidade de expansão e democratização do acesso à terra, o que permanece é a espera pelos resultados destas políticas e suas implicações para com a vida destes militantes.

BIBLIOGRAFIA

BERTOLINI, Valéria Andrade; CARNEIRO, Fernando Ferreira. Considerações sobre o planejamento espacial e a organização da moradia dos assentamentos de reforma agrária no DF e Entorno. Juiz de Fora: Libertas, ed. especial, p. 202-226, fev. 2007

BORGES, Antonádia. Tempo de Brasília: Etnografando lugares-eventos da política. Rio de Janeiro, Relumé Dumará-NUAP/UFRJ. 2003.

DISTRITO FEDERAL. Decreto n.º 3. 289, 17 de abril de 2013, que criou o Programa de Assentamento de Trabalhadores Rurais – PRAT e dá outras providências.

DISTRITO FEDERAL. Lei 1.572, de 22 de julho de 1997, que criou o Programa de Assentamento de Trabalhadores Rurais – PRAT e dá outras providências.

DISTRITO FEDERAL. Decreto n.º 33.594, 29 de março de 2012, Institui o Fórum Distrital de Políticas de Reforma Agrária.

FERNANDES, Bernardo Mançano. A Formação do MST no Brasil. Petrópolis: Editora Vozes, 2000.

GODOY, Arilda Schmidt _ Pesquisa Qualitativa: tipos fundamentais. Revista de Administração de Empresas São Paulo, v. 35, n.3, p, 20-29 Mai./Jun. 1995.

GUIMARÃES, A. P. O complexo agroindustrial. Revista Reforma Agrária, ano 7, n. 6, nov./dez. 1977.

GZYBOWSKI, C. Caminhos e descaminhos dos movimentos sociais no campo. Petrópolis: Vozes. 1987.

LEITE, S. HEREDIA, B. MEDEIROS, L. PALMEIRA, M. CINTRÃO, R.(Coord.). Impacto nos Assentamentos – Um estudo sobre o meio rural brasileiro. Brasília: Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural; São Paulo: Ed. UNESP, 2004. 392 p. Estudos NEAD n. 6.

MARTINS, J. de S. Os camponeses e a política no Brasil: As lutas sociais no campo e o seu lugar no processo político. 5ª edição. Petrópolis: Editora Vozes, 1995

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. A longa marcha do campesinato brasileiro: movimentos sociais, conflitos e Reforma Agrária. Estud. av., São Paulo , v. 15, n. 43, Dec. 2001

OLIVEIRA, Marcelo Leles Romarco. Um olhar sobre os assentamentos rurais no entorno do Distrito Federal. Caminhos de Geografia (UFU), Uberlândia-UFU, 2006.

_____.; Retratos de assentamentos: Um estudo de caso em assentamentos rurais formados por migrantes na região do entorno do Distrito Federal. 201 p. Tese (Doutorado em Ciências em Desenvolvimento Agricultura e Sociedade)-Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Departamento de Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ, 2007

_____.;Trajetórias de migrantes para Brasília e assentamentos rurais: O caso do Vereda I. Dissertação de mestrado em Extensão Rural; Universidade Federal de Viçosa-MG. 2002.

_____.; Formação dos assentamentos rurais na região integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal. In: ACTA Geográfica, Boa Vista, v.6, n.12, pp.155-170. 2012.

_____.; PEREIRA, J. R. . A organização social dos assentados do Vereda I: Trajetórias singulares. Ateliê Geográfico (UFG) , v. 6, p. 176-201, 2012.

PAIVA, Maria Cecília Sobral de. Insegurança alimentar e os assentamentos como espaços de resistência aos descaminhos da alimentação da produção ao consumo: a ação do MST no Distrito Federal e Entorno. 2014. 117 f., il. Dissertação (Mestrado em Política Social)—Universidade de Brasília, Brasília, 2014.

ROSA, M. C. A forma movimento como modelo contemporâneo de ação coletiva rural. In: FERNANDES, B. M., MEDEIROS, L. S. & PAULILO, Maria I. (Orgs.). Lutas Camponesas contemporâneas: condições, dilemas e conquistas. São Paulo: Editora UNESP; Brasília: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009.

ROSA, Marcelo. O Engenho dos Movimentos Sociais: reforma agrária e significação social na zona canavieira de Pernambuco. Rio de Janeiro: Ed. Garamond, 2011.

SANTOS, Caroline Soares. Áreas de risco ou área de rico: Teorias sobre política, direito e respeito na Cidade Estrutural. 2013. Tese (Doutorado em Sociologia)—Universidade de Brasília, Brasília, 2013.

SIGAUD, Lygia. A Forma Acampamento: notas a partir da versão pernambucana. Novos Estudos Cebrap, n. 58, 2000.

SIGAUD, Lygia.; MACEDO, M. E.; ROSA, M. C. Ocupações e acampamentos: sociogênese das mobilizações por reforma agrária no Brasil (Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e Pernambuco) 1960-2000. Rio de Janeiro: Garamond. 2010.

SILVA, Berenice Gomes da. A Marcha das Margaridas: resistências e permanências.Soc. estado., Brasília , v. 23, n. 2, 2008 .

